

RODRIGO CANTU DE SOUZA

**O CAMPO DOS PESQUISADORES EM ECONOMIA NO BRASIL NO
COMEÇO DO SÉCULO XXI**

Monografia apresentada como
requisito de conclusão da graduação
no curso de Ciências Econômicas,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.

Prof^a Orientador: Huáscar Fialho
Pessali

CURITIBA

2006

TERMO DE APROVAÇÃO

RODRIGO CANTU DE SOUZA

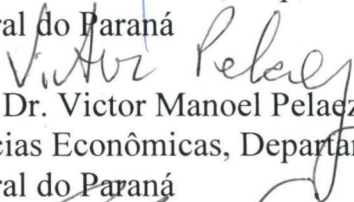
O CAMPO DOS PESQUISADORES EM ECONOMIA NO BRASIL NO COMEÇO DO SÉCULO XIX

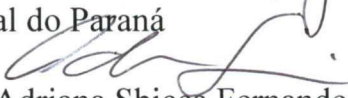
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná - UFPR, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Profº Dr. Huáscar Fialho Pessali
Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade
Federal do Paraná

Membros:


Profº Dr. Victor Manoel Pelaez Alvarez
Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade
Federal do Paraná


Profº Adriana Sbicca Fernandes
Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Universidade
Federal do Paraná

Curitiba, 9 de novembro de 2006

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 ELEMENTOS DA TEORIA DE PIERRE BOURDIEU	4
1.1 A SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU	4
1.2 AS ESPECIFICIDADES DO CAMPO CIENTÍFICO.....	11
2 A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO ACADÊMICO DOS ECONOMISTAS NO BRASIL	14
2.1 OS PRIMÓRDIOS DO CAMPO DOS ECONOMISTAS E SUA DEPENDÊNCIA COM RELAÇÃO AO CAMPO POLÍTICO	16
2.2 O DESENVOLVIMENTISMO.....	19
2.3 A CONSOLIDAÇÃO DE INSTÂNCIAS DE PESQUISA ECONÔMICA: A ACADEMIA E OS INSTITUTOS DE PESQUISA.....	21
2.3.1 A Internacionalização da Ciência Econômica Brasileira.....	22
2.3.2 O Ensino Superior em Economia e a Formação dos Centros de Pós-Graduação....	23
3 O CAMPO DOS PESQUISADORES EM ECONOMIA NO BRASIL	31
3.1 A ESTRUTURA DO CAMPO.....	33
3.2 O ESPAÇO DAS INSTITUIÇÕES E A HIERARQUIA CIENTÍFICA.....	35
3.3 A CONSTITUIÇÃO GERACIONAL DO CAMPO.....	37
3.4 LUTAS DE FRONTEIRA E AUTONOMIA DO CAMPO	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
APÊNDICE METODOLÓGICO.....	52
REFERÊNCIAS	55

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

GRÁFICO 3	GERAÇÕES E TÉCNICAS MATEMÁTICAS	38
GRÁFICO 1	ESPAÇO DAS PROPRIEDADES DOS AGENTES	48
GRÁFICO 2	ESPAÇO DAS INSTITUIÇÕES	49
GRÁFICO 4	ESPAÇO DOS INDIVÍDUOS.....	50
TABELA A1	SUMÁRIO DO MODELO	53
TABELA A2	MEDIDAS DE DISCRIMINAÇÃO.....	53
QUADRO A1	VARIÁVEIS E MODALIDADES.....	54

INTRODUÇÃO

Nas revisões contemporâneas sobre o estado das artes na área de metodologia da Economia, uma das perspectivas que não pode deixar de constar é a interpretação sociológica da Ciência Econômica (HANDS, 2001, cap.5; BACKHOUSE, 1998, cap.5). De fato, a sociologia do conhecimento científico tem se mostrado como uma das alternativas para explorar o fazer Economia. No entanto, os estudos que efetivamente utilizam alguma sociologia do conhecimento ainda são relativamente inexpressivos se comparados, por exemplo, com os estudos kuhnianos, lakatosianos ou retóricos. Deste modo, a presente investigação é um esforço no sentido contribuir para a perspectiva sociológica da construção do conhecimento econômico, para a visão das condições sociais que o determinam. Entre processos de globalização, privatizações e precarização de condições de trabalho, esse é um esforço que se mostra cada vez mais importante em tempos onde a Ciência Econômica e sua linguagem de fatalidades e impossibilidades exercem um tipo específico de legitimidade no papel de último recurso político para “despolitizar” a política (LEBARON, 2001b, p.128).

O discurso econômico é bastante familiar ao brasileiro, principalmente devido ao contexto nada remoto de alta inflação, à série de planos implantados consecutivamente e ao destaque, nesse processo, dado aos economistas. Deste modo, com relação à comunidade de economistas brasileiros, não há como ignorar a ascensão e influência desta categoria como uma classe de grande poder de decisão na gestão econômica do Estado. Esse processo tem sido abordado por alguns estudos no decorrer dos últimos dez anos; entretanto, por um lado, essas investigações não vão além do Plano Real e, por outro lado, seu foco está na relação dos economistas com o Estado, na formação de um campo dos economistas, no qual os postos no governo consistem em um elemento central. Assim, esses estudos sobre a relação Estado-economistas vêm deixando de lado um aspecto de crescente importância no país: a pesquisa

nacional em Economia, a “Ciência Econômica” brasileira, se se quiser. Ora, o peso da produção em Economia é cada vez maior, os centros de pós-graduação se multiplicam, assim como congressos e associações e revistas especializadas. Enfim, há um campo de pesquisadores em pleno fortalecimento.

Deste modo, a história recente da disciplina de Economia no Brasil levanta algumas questões e traz a tona certos assuntos ainda não muito abordados. Como ocorreu o fortalecimento desse campo, quais são suas propriedades e como se configura sua estrutura? Qual é o papel das instituições que abrigam os pesquisadores? Quais são as oposições e relações de força dentro deste espaço específico? Ora, questões como estas se mostram cada vez mais relevantes para entender o discurso econômico brasileiro, um discurso que interfere nos mais diversos âmbitos sociais. Deste modo, o campo dos pesquisadores em Economia no Brasil constitui um objeto de pesquisa bastante relevante, porém ainda relativamente inexplorado. O presente estudo tem então por objetivo explorar essa comunidade de economistas e revelar alguns de seus aspectos enquanto um campo social.

Para fazer essa análise da Ciência Econômica no Brasil, serão utilizados aqui os instrumentos propostos por Pierre Bourdieu, que permitem explorar universos sociais específicos, como o dos pesquisadores em Economia, como um *campo* com regras e estrutura específicas que devem ser desvendadas. A pesquisa empírica está baseada em um levantamento de quase 500 pesquisadores em Economia em atividade no Brasil. Informações sobre formação, especialidade, geração, publicações, etc., destes pesquisadores foram coletadas na plataforma Lattes e em outras fontes. Com o intuito de demonstrar a estrutura deste campo, recorreremos à Análise de Correspondências Múltiplas, que expõe as oposições e afinidades que o organizam. Assim, o primeiro capítulo desta investigação expõe a teoria de Bourdieu e se aprofunda nas especificidades para a interpretação de um campo científico. O segundo capítulo narra

a história do campo dos pesquisadores em Economia no Brasil. Com essa reconstrução, pode-se dar sentido à estrutura atual do campo. No terceiro capítulo, analisaremos a condição atual do campo e, logo após, finalizaremos com breves considerações finais.

1 ELEMENTOS DA TEORIA DE PIERRE BOURDIEU

Essa investigação está completamente baseada na tradição de pesquisa fundada por Pierre Bourdieu; seu vocabulário, perspectivas e resultados só poderão ser plenamente compreendidos se o leitor possuir a mínima familiaridade com as teorias deste autor. Portanto, por conveniência, esse capítulo visa poupar os esforços de quem não conhece seus escritos.

O que é utilizado para o estudo da comunidade científica de Economia no Brasil é uma apropriação de uma parte específica do trabalho de Bourdieu, isto é, sua proposta para uma sociologia da ciência. Nessa proposta, a comunidade científica se transforma em um *campo*, um universo específico, cujas regras de funcionamento devem ser apreendidas. Entretanto, para entender isso melhor, é preciso ter contato não somente com a sociologia da ciência de Bourdieu, mas também com sua proposta geral para uma Sociologia “científica”. Deste modo, em uma primeira seção, esclareceremos os fundamentos da Sociologia geral que este autor propõe e, em seguida, nos voltaremos ao caso específico da Ciência.

1.1 A SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU

Pensando no público economista, achamos que a melhor maneira de introduzir uma teoria como a bourdieusiana é através de uma literatura da própria Ciência Econômica. Ora, ultimamente uma das produções mais faladas nessa ciência é a aplicação da teoria econômica a objetos que tradicionalmente não estavam sob sua égide. Do lado do grande público, é bastante conhecido o *best seller* de Steven Levitt, *Freakonomics*, e, do lado acadêmico, essa prática se consagrou com o Prêmio Nobel concedido a Gary Becker em 1992. Os trabalhos de Becker, um dos pioneiros nesse tipo de estudo, levam títulos como *The Economics of Discrimination* ou ainda *An*

Economic Analysis of Fertility. A idéia é, logo, trazer a tona a “economia” subjacente a um certo universo da vida social, como o casamento, a discriminação, o crime ou a alocação do tempo. É nesse ponto que podemos traçar uma espécie de paralelo entre Gary Becker e Bourdieu: os dois buscam, em alguma medida, uma *Economia da prática social*. Contudo, os dois seguem escolhas bastante diferentes quanto à aplicação dessa perspectiva.

Gary Becker nunca teve contato com a literatura de Bourdieu. Isso, na verdade, não surpreende. Becker não tem o menor pudor em afirmar, em cada entrevista sua, que só entrou na Economia, pois não conseguiu entender um livro de Talcott Parsons que um professor lhe havia recomendado. Então, ele conheceu Chicago e Milton Friedman e o resto da estória é conhecido. Por outro lado, Bourdieu era bastante familiarizado com os trabalhos de Becker e os criticava não principalmente pelo tratamento dos fenômenos com o vocabulário da Economia, mas por tratá-los fora dos universos sociais específicos que os estruturavam e para os quais estavam voltados. Isso não pode ser reduzido a uma simples crítica da falta de contexto, pois mesmo Bourdieu procurava um instrumental formal, de ampla aplicabilidade, para tratar dos mesmos fenômenos que Becker estudava. Assim, os trabalhos de Becker, baseados em uma “microeconomia” dos fenômenos sociais, seriam no mínimo incompletos. Bourdieu seguiu o caminho inverso e definiu uma teoria da ação individual, explorando a formação e regras de universos sociais específicos como “mercados”. Além dessa diferença, talvez a distinção mais importante entre os dois autores seja que, herdando a concepção de sistemas simbólicos da tradição durkheimiana, Bourdieu procura explorar uma categoria inteira de mercados e sistemas produtivos, toda uma

economia, para os quais Becker não deu a menor atenção: a economia das trocas simbólicas¹.

Bourdieu estudou profundamente vários mercados de bens simbólicos, por exemplo, mercados de bens culturais como “produção” e “consumo” de programas de televisão e mídia em geral, “produção” e “consumo” de arte, de ciência, etc. Ele também fazia uso de diversos conceitos da Economia, mas alertava para a o perigo de, junto ao uso de definições da teoria econômica, se transpor a lógica econômica aos fenômenos desses mercados. Esse é um princípio fundamental de teoria bourdieusiana que pode ser encontrado na primeira frase de uma de suas maiores obras, *La Distinction*: “Há uma economia dos bens culturais, mas essa economia possui uma lógica específica que é preciso desvendar para escapar ao economicismo”.

Essa fuga ao economicismo é operada através da estratégia utilizada por todos os cientistas que pretendem lançar uma teoria revolucionária: a teoria econômica vigente é apenas um caso especial da teoria que Bourdieu propõe. A teoria econômica, então, apenas dá conta do campo econômico, um âmbito da vida social no qual vigoram as leis da procura do ganho econômico e a legitimidade das práticas econômicas. Entretanto, pode-se observar muitos outros campos e sub-campos sociais, como o campo artístico, tendo como sub-campos a literatura e música, o campo científico, o campo do político, etc. Cada campo funciona segundo uma lógica que lhe é própria. Por exemplo, o campo artístico é um campo que justamente nega o valor econômico, na medida em que sua produção, a obra de arte, tem muito mais um valor simbólico de que o mero valor econômico de seus materiais. Assim, o conceito de

¹ Para Bourdieu, a troca econômica é apenas uma forma específica de troca. Seguindo a tradição de Lévi-Strauss, Bourdieu generaliza o conceito de troca em todos os níveis: assim, pode-se falar de trocas lingüísticas, simbólicas, etc.

campo, junto às apropriações de conceitos econômicos, assume o papel de protagonista na teoria de Bourdieu.

Entre os principais conceitos econômicos dos quais Bourdieu faz uso, podemos citar: capital, produção, investimento, lucro, mercado. Em última instância, pode-se afirmar que ele elabora uma grande metáfora da Economia. Sua Economia da prática social se baseia nos conceitos econômicos, mas sua utilização é bastante particular, através da proposição de que a produção, o capital, o investimento e o lucro, além de materiais, também podem ser simbólicos.

Assim, podemos falar de bens simbólicos, ou seja, aqueles bens que detêm valor simbólico, como uma obra de arte, a língua, uma teoria científica, etc. Pode-se falar de um mercado para estes bens: um mercado artístico; um mercado escolar onde a “boa” língua tem valor, um mercado das teorias científicas. Pode-se também falar de investimento simbólico, como o investimento em educação ou marketing eleitoral, e do conseqüente lucro obtido por esses investimentos, como a acumulação de capital cultural ou político que, posteriormente, pode ser transformado em outras formas de capital (como o econômico).

Mas, talvez mais importante que isso, é perceber que, em cada campo, há uma luta simbólica acontecendo, uma luta na qual, o que está em jogo é exatamente o poder de impor a sua definição de quem está no campo e quem não. É assim, por exemplo, que, no campo literário, o autor de grande vendagem está sempre sujeito a ser taxado de “comercial” pelo autor “artístico”, enquanto este último pode, às vezes, ser denunciado como “altista”; isto é, há disputas para determinar qual é a definição legítima de autor, uma luta que é interna ao campo e que procura determinar suas fronteiras.

Isso nos remete às características do conceito de campo. Em primeiro lugar, é preciso deixar claro o caráter *instrumental* deste conceito. Não é objetivo da pesquisa

na tradição bourdieusiana afirmar que os campos efetivamente existem. *O que há* ou não é uma pergunta bastante pertinente, mas que é estudada por um campo muito interessante da filosofia que trata de questões ontológicas. Não cabe à investigação sociológica esse tipo de determinação. Portanto, o que se procura é a *construção analítica do campo*. Seguindo a sistematização de um comentador de Bourdieu (PAPILLOUD, 2003, p.59), essa construção depende da identificação dos seguintes fatores: 1) a constituição do campo enquanto esfera *autônoma* de práticas; 2) a ordem no campo enquanto estrutura hierárquica interna; 3) a luta enquanto motor da dinâmica interna do campo; 4) a reprodução como condição para sua continuidade no espaço social. A autonomia se refere ao princípio segundo o qual outras instâncias são impedidas de legislar sobre um campo em nome de um poder ou autoridade que não seja propriamente o desse campo². Com isso estabelecido, surgem princípios internos de divisão, que distinguem hierarquicamente os indivíduos no campo e que estruturam as disputas internas. Essas disputas marcam a história do campo e, nessa perspectiva, *são* a história dos vários âmbitos sociais.

Com esses elementos identificados, o investigador pode se voltar aos atores sociais que agem no campo. Ora, mesmo a utilização da palavra “campo” já demonstra a intenção de Bourdieu de operar uma “topologia social”; assim, em um primeiro passo, o mundo social é apreendido como um espaço multidimensional, onde em cada dimensão é mensurado um tipo de propriedade social dos agentes. Na interpretação de

² Não é difícil achar um exemplo de processo de autonomização de um campo. No celebre livro *A Grande Transformação*, de Karl Polanyi, a já bastante conhecida narração da passagem de práticas econômicas embutidas (embedded) em outras esferas sociais a práticas desligadas (disembedded) dessas esferas demonstra justamente o surgimento do campo econômico enquanto campo autônomo. As tão evidentes regras da economia, que depois da segunda metade do século XX são tratadas quase como regras naturais, são, na verdade, fruto de um recente processo de separação das práticas econômicas das outras práticas sociais.

um outro comentador de Bourdieu, “essas propriedades são nada além de importantes recursos estratégicos ou, em termos bourdieusianos, tipos de *capital* ou poder. Em um segundo passo, pode-se efetuar a tentativa de definir a posição relativa de atores ou grupos dentro da estrutura social, baseado no volume e estrutura de distribuição dos tipos de capital” (MÜLLER, 1986, p.164). Em outras palavras, as propriedades dos agentes assumem o papel de capitais e, através da análise de correspondências múltiplas das categorias empíricas dos agentes, sabe-se que é possível determinar um espaço (uma demonstração da estrutura) das hierarquias sociais, de tomadas de posição, de correntes de pensamento, estilos de vida, etc. Para a demonstração dessa estrutura de campo, é necessário “abordar um caso empírico com a intenção de construir um modelo – que não tem necessidade de se revestir de uma forma matemática ou formalizada para ser rigoroso, – de ligar os dados pertinentes de tal modo que eles funcionem como um programa de pesquisas que põe questões sistemáticas, apropriadas a receber respostas sistemáticas; em resumo, trata-se de construir um sistema coerente de relações, que deve ser posto a prova como tal (BOURDIEU, 2003a, p.32)

Dada a estrutura de um certo campo, ou seja, dada a posição dos agentes, segundo suas posses de capital, temos a determinação das lutas dentro do campo. Desta forma, os agentes traçam suas estratégias de luta em busca do que está em jogo no campo. Podemos especular aqui, a título de ilustração, que o que está em jogo no campo econômico é o ganho e a perpetuação empresarial, no campo político é o próprio poder do Estado, no campo artístico a distinção cultural e no campo científico a autoridade de se construir os fatos científicos e assim por diante. Esse “móvel” (enjeu) que está em jogo é o que prende os agentes por um efeito de campo, isto é, um interesse específico ao campo, uma *illusio*; e quem está sob esse efeito pode se tratado analiticamente como pertencente ao campo.

Em suma, podemos observar o campo como uma configuração que abarca um determinado “mercado” (de bens simbólicos, no campo artístico e científico, ou materiais, no campo econômico), os agentes envolvidos, seus interesses, estratégias e o contexto institucional, as tensões e linhas de conflito. Vistos dessa perspectiva, praticamente todos os universos sociais podem ser investigados com esse instrumental. Aí reside seu poder. “As transferências metódicas de modelos baseados na hipótese de que existem homologias estruturais e funcionais entre todos os campos, ao invés de funcionarem como simples metáforas orientadas por intenções retóricas de persuasão, têm uma eficácia heurística eminente, isto é, a que toda tradição epistemológica reconhece à analogia” (BOURDIEU, 2003a, p.66-67).

Uma última questão a ser levantada é a da noção, que está sempre subentendida na tratamento das propriedades dos agentes, de *habitus*. O *habitus* seria a história em seu estado incorporado, ou seja, é o que a história deu ao indivíduo em forma de capitais acumulados e é o que determina as disposições do agente frente ao mundo. É, ao mesmo tempo, um princípio gerador de práticas objetivas classificáveis e um sistema de classificação, que permite ao indivíduo atuar e julgar o mundo a sua volta. Isso representa uma parte *estruturada* do universo social. São as condições e disposições. Portanto, quando se junta o conceito de *habitus* dos agentes e o conceito de campo, temos uma estrutura *estruturada* (representada pelo *habitus*) e uma estrutura *estruturante* (representada pelo poder de mudança inerente as condições dos campos).

Assim, temos todo o aparato para explicar o funcionamento dinâmico de um universo social definido, segundo a fórmula proposta por Bourdieu: $[(habitus)(capital)] + campo = prática$. É deste modo que se interpreta a relação entre as condições e disposições dos agentes, suas posições e produções simbólicas.

1.2 AS ESPECIFICIDADES DO CAMPO CIENTÍFICO

Esta seção tem como objetivo expor algumas especificidades do campo científico descritas em BOURDIEU (1975). Ora, em primeiro lugar, o estudo do campo científico a partir do instrumental de Pierre Bourdieu repousa sobre a hipótese de que a verdade do produto desse campo, isto é, a verdade científica, depende das condições sociais de sua produção. Essas condições são, para efeito analítico, as características de campo descritas anteriormente. Partindo-se então desta suposição, determina-se a *busca pela autoridade científica* como coisa em jogo nesse campo e como elemento que exerce o efeito de campo, a *illusio* desse espaço, a crença dos agentes nas regras do jogo científico. Essa autoridade é, ao mesmo tempo, uma competência técnica e um poder social e determina o que é a capacidade de tratar certos assuntos legitimamente dentro do âmbito de um determinado campo de conhecimento; em outras palavras, de conduzir a produção científica legítima.

Em segundo lugar, temos o principal capital válido dentro do campo, o capital científico. No caso dessa pesquisa, como se verá mais adiante, o campo dos pesquisadores em Economia no Brasil, além de possuir uma dimensão de acumulação de capital científico global, tem uma distinção qualitativa dos capitais acumulados. Isso se constitui em mais um fator que estrutura as disputas no campo. Além disso, essas disputas e discussões entre os membros da comunidade se colocam como princípio explícito de dinâmica do campo científico. Ora, uma das condições desse universo social consiste na identidade entre o grupo de consumidores e produtores. Isso certamente evidencia a tendência de os produtos (a produção científica) não serem aceitos tão facilmente sem questionamentos, pois o produtor/consumidor sempre tem mecanismos de apropriação do produto mais refinados que um consumidor “comum”.

Outro ponto a se ressaltar é um tipo de disputa especial, a disputa pela própria definição do campo e seu limite. Ou seja, a própria estrutura do campo é algo em jogo.

“A luta na qual cada um dos agentes deve se engajar para impor o valor de seus produtos e sua própria autoridade de produtor legítimo tem sempre, na verdade, como coisa em jogo o poder de impor a definição da Ciência (isto é, a delimitação do campo de problemas, de métodos e teorias que podem ser considerados como científicos)” (BOURDIEU, 1975, p. 91). É por isso que normalmente um questionamento sobre o poder no ambiente do fazer ciência muitas vezes se reduz a questões de cunho epistemológico.

Em último lugar, gostaríamos de localizar brevemente a posição da teoria de Bourdieu frente à literatura comumente utilizada na interpretação da Ciência Econômica. Bourdieu critica a perspectiva dos paradigmas científicos de Kuhn, vendo nela uma “filosofia idealista” que confere à Ciência o poder de se desenvolver segundo sua lógica imanente. O que este autor procura é justamente usar a noção de interesse (a prática científica só parece desinteressada com referência a outros interesses, demandados em outros campos) para desmistificar o processo de investigação científica e mostrar que mesmo a construção de uma ciência “pura”, enquanto conhecimento a parte de qualquer doxologia, é apenas fruto das disputas dentro do campo científico.

Por outro lado podemos traçar paralelos entre Bourdieu e outras literaturas citadas nos trabalhos de metodologia da Economia. Em LATOUR e WOOLGAR (1979), os autores propõem a observação da construção social de um fato científico. Embora, não tendo os mesmo objetivos que Bourdieu (os autores se concentram em produções específicas em neuroendocrinologia), fica clara uma comunhão na intenção de demonstrar as condições sociais da produção científica. Além disso, Bourdieu se posiciona, da mesma forma como MIROWSKI (1984), contra a dicotomia internalista/externalista da história das disciplinas. Embora de maneiras bastante

diferentes, a superação dessa oposição pode ser efetuada pela teoria dos campos de Bourdieu, ou pela proposta Durkheim-Mauss-Douglas de MIROWSKI (1993).

Como última observação, para quem está familiarizado com a discussão na metodologia da Economia entre Máki e McCloskey sobre a “verdade”, Bourdieu estaria muito mais para uma verdade com “v” minúsculo, tendo a consciência das condições sociais da produção científica e afirmando que seu “relativismo” na construção do objeto de estudo através dos conceitos de campo e *habitus* “não é para provar que a sociologia nunca poderá ser mais que um ponto de vista acerca do mundo, nem mais nem menos científico que outro qualquer, mas para subtrair a razão científica à razão prática, para impedir que esta chegue a contaminar aquela, para evitar que se trate como instrumento de conhecimento aquilo que deveria ser objeto de conhecimento” (BOURDIEU, 2003a, p.43).

Feita a exposição das idéias de Bourdieu apresentada sua posição em oposição ou contribuição a outras literaturas freqüentes na meta-narração sobre Economia, já podemos passar a uma reconstrução da história do campo que vai ser efetivamente estudado.

2 A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO ACADÊMICO DOS ECONOMISTAS NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é fazer uma reconstrução do processo de formação do campo dos pesquisadores em Economia no Brasil. Com esse processo descrito, pode-se estabelecer muito do sentido da estrutura atual deste campo. Como essa pesquisa não pôde ambicionar dispor de fontes primárias (documentos e depoimentos), faremos uma descrição sumária do processo de formação do campo dos economistas no Brasil exposto em LOUREIRO (1997a), com a ajuda de outros trabalhos como BIELSCHOWSKY (1996), EKERMAN (1989), LOUREIRO (1997b, 2004) e BINDERMAN, COZAC e REGO (1997). Segundo os interesses dessa pesquisa, para compreender o surgimento de um campo dos pesquisadores em Economia no Brasil, observaremos os relatos com a seguinte perspectiva:

1) Apesar de a profissão já estar prescrita formalmente na constituição trabalhista, a criação de instâncias de gestão econômica a partir dos anos 30 foi o fato que gerou o embrião de um real “mercado” para economistas: o fato que deu corpo à categoria. Ainda assim, a atividade destes ainda não estava efetivamente nem consolidada e nem contava com um valor social amplamente legitimado.

2) Do surgimento da possibilidade da categoria de economista, passamos para os primórdios da circulação de idéias econômicas no Brasil. Dado que a academia brasileira em Economia ainda se mostrava em um estágio bastante incipiente, as primeiras discussões nacionais aconteceram no âmbito dos órgãos governamentais (e, em certo grau, em partes do emergente setor privado dos anos 50 e 60). Tratava-se de disputas sobre a política econômica, sobre o melhor caminho para o desenvolvimento, em uma época na qual a indústria pesada começava a se instalar no Brasil e o Estado

assumia o papel central nesse “processo de acumulação de capital”. É a essa época que BIELSCHOWSKY (1996) se refere quando fala de um “ciclo do desenvolvimentismo”.

3) Em seguida a esse período, há principalmente dois fatores a se destacar. Em primeiro lugar, ao mesmo tempo em que a economia brasileira passa a uma nova fase, na virada dos anos 60 para os 70, a produção de conhecimento econômico se modifica. A discussão do desenvolvimentismo é deixada de lado em nome da discussão das conseqüências desse desenvolvimento. Em segundo lugar, as condições para uma produção de conhecimento econômico no país começavam a se fortalecer: unindo-se, por um lado, os centros universitários de ensino, onde apareciam os primeiros programas de pós-graduação em Economia, e, por outro lado, os institutos de pesquisa e gestão econômica do governo, os anos 70 assistiram ao aumento crescente do número de pessoas capazes de produzir saber econômico no Brasil. Em outras palavras, pode-se observar, nessa época, o aumento do volume de produtores de Ciência Econômica.

4) O estabelecimento e consolidação dos centros de pós-graduação em Economia representavam um grande poder de autonomia institucional para a realização de pesquisa econômica, na medida em que a academia se coloca como instância de produção de conhecimento relativamente “desligada” do mundo, responsável pelo saber “desinteressado”, puramente pela emulação da descoberta³. Isso pode ser atestado pelo aumento da produção científica que não procura simplesmente atender às

³ Uma ilustração desse tipo de *ethos* científico pode ser vista na dedicatória de HODGSON (2001): “To all in Academia who place enquiry, truth and understanding above all their personal ambition”.

demandas econômicas e políticas, mas sim apenas ao desenvolvimento interno da disciplina. Além disso, essa autonomia também é garantida pelo grande aumento no número de consumidores de Ciência Econômica no Brasil, representados nos mestres e doutores que vinham sendo formados. Isso permite que os membros do campo não tenham necessidade de produzir para outros públicos que não o seu próprio. Esse processo se deu dos anos 80 aos 90, juntamente com o surgimento de diversas esferas de consagração e legitimação internas da Ciência Econômica no país como congressos, sociedades e associações de centros ou de áreas específicas de investigação, do estabelecimento de premiações e da multiplicação do número de revistas especializadas.

2.1 OS PRIMÓRDIOS DO CAMPO DOS ECONOMISTAS E SUA DEPENDÊNCIA COM RELAÇÃO AO CAMPO POLÍTICO

Durante a Era Vargas, inúmeros conselhos e órgãos técnicos foram criados, cuja função era promover estudos e discussões, assessorar o governo na elaboração e na execução de suas decisões. Junto a isso, a inserção do Estado como protagonista da gestão econômica se mostrava cada vez mais clara através do aparecimento das primeiras companhias estatais. Em outras palavras, surgiam instituições e departamentos governamentais que se ocupavam desse espaço chamado “economia”, seja agindo sobre ele, estudando-o ou reforçando sua existência e relevância⁴. Assim,

⁴ Entre algumas posições semelhantes (por exemplo, DUMONT, 2000 [1977]), podemos citar MITCHELL (2005, p.298) que afirma: “the idea of ‘the economy’ is a surprisingly recent product of social-technical practice, emerging only in the mid-twentieth century. Before then, economists did not use the word ‘economy’ in its modern sense. From around the 1930s, new forms of consumption, marketing, business management, government planning, financial flows, colonial administration, and statistical work brought into being a world that for the first time could be measured and calculated as though it were a free standing object, the economy. Economics claimed only to describe this object, but in fact it participated in producing it”.

nos anos 40, se delinearão instituições de ação e pesquisa econômica, se estabeleceu o ensino universitário de Economia e, desta forma, se iniciou o caminho para a criação de um campo dos economistas no Brasil. Mas a década seguinte também assumiu fundamental importância com a criação de órgãos como a Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC), cujo integrante a destacar era Octávio Gouvêa de Bulhões; o Conselho Nacional de Política Industrial-Comercial, com Roberto Simonsen; o Conselho de Planejamento Econômico, com Eugênio Gudin; entre outros. Além disso, o nascente setor privado industrial também empregava indivíduos em funções de análise e planejamento. O país se modernizava e a gestão econômica, tanto pública quanto privada, exigia a atuação de profissionais específicos, de economistas. Portanto, esses foram alguns dos ambientes nos quais foi possível uma gênese do economista, enquanto indivíduo encarregado da gestão econômica. Aliás, isso é uma questão a se destacar novamente: a atuação de economista, no Brasil, precedeu o surgimento de estruturas de educação formal em tal carreira, isto é, precedeu o ensino universitário em Economia.

Desta forma, na falta de ensino institucional, órgãos, como os citados acima, se caracterizavam como “escolas práticas do saber econômico”. Essas “escolas práticas”, privadas ou governamentais, moldavam indivíduos cuja educação formal tinha sido em Direito e Engenharia, ou mesmo cuja culpada pelo súbito papel adquirido de economista era os caminhos da carreira burocrática. Os nomes do parágrafo anterior são exemplos disso. Gudin era formado em Engenharia e Octávio Gouvêa de Bulhões em Direito. Este último ainda concluiu uma especialização em Economia nos Estados Unidos. Outro exemplo bem ilustrativo foi Roberto Campos. Junto com Bulhões e Gudin, ele foi um dos delegados brasileiros em Bretton Woods. Campos era um ex-seminarista que entrou na carreira diplomática e, posteriormente, complementou sua formação com estudos em Economia nos Estados Unidos no início dos anos 40. E

essas foram basicamente as condições de formação superior e de contato com o conhecimento econômico até o começo dos anos 60: advogados, engenheiros, altos funcionários ou burocratas eram os que detinham cargos em órgãos de gestão econômica e que, posteriormente, foram consagrados como “economistas” e, portanto, geraram o embrião de um campo específico. Em uma primeira geração, puramente formada no Brasil e sem estudos regulares em Economia, temos, por exemplo, Gudin (nascido em 1886). Em uma segunda geração, embora conservando o traço de diplomação em Direito ou Engenharia, há a digressão possível de complemento dos estudos com cursos em Economia no exterior. Nessa categoria, se colocam ao lado de Bulhões (1906) e Campos (1917), por exemplo, Celso Furtado (1920).

Enfim, em primeiro lugar, pode-se observar que o economista foi uma categoria que surgiu no Brasil para atender as necessidades de um Estado em vias de se modernizar. Era uma categoria bastante funcional: operar a gestão econômica de um país no princípio de sua industrialização. Justamente por ter esse caráter unicamente prático, não houve uma produção ou mesmo circulação representativa de conhecimento econômico no Brasil durante os anos 30 e 40. Além disso, é interessante notar o papel da categoria de economista nesse período no campo do poder. Ora, os economistas eram apenas altos funcionários. A origem social dos atores que configuravam essa primeira etapa de concepção da ação do profissional economista no Brasil e suas formações acadêmicas eram simplesmente aquelas que davam acesso ao alto serviço público⁵. Ou seja, a gestão econômica apareceu como mais uma instância de acesso ao poder, onde a posse de capital econômico e cultural-técnico, assegurado

⁵ No levantamento feito por LOUREIRO (1997a, p.51-60) sobre principais envolvidos na gestão econômica, de 1930 a 1964, são raras as exceções de indivíduos cujo pai não era profissional liberal ou alto funcionário.

por uma titulação em um curso prestigiado como Direito ou Engenharia, assegurava a reprodução de uma elite burocrática ligada ao Estado.

Uma das consequências dessa lógica é que, mesmo que a graduação em Economia existisse já desde 1945 no país, nas primeiras décadas depois de seu surgimento, essa opção de estudo não tinha o mesmo status que os cursos mais tradicionais, como o Direito e a Engenharia. O estudo de Economia não era, de forma alguma, pré-requisito para acesso a cargos no quadro governamental. Em grande parte, a Ciência Econômica ainda estava bastante confundida, no quesito profissional, com a administração e contabilidade.

2.2 O DESENVOLVIMENTISMO

Como afirma LOUREIRO (1997a, p.32), é com as discussões sobre o planejamento e sobre o desenvolvimento econômico, que se ampliam gradualmente dos anos 40 aos 60, que se pode falar da origem de um campo dos economistas no Brasil. Era o início de uma disputa na qual somente podia fazer parte quem tinha os atributos de economista, nomeadamente, ao menos, o mínimo conhecimento técnico da matéria. Contudo, pode-se atestar o baixo grau de autonomia do campo, pois o objeto de discussão era extremamente político e também mergulhado em interesses econômicos. De qualquer modo, uma das oposições que se formou nessa época, foi aquela entre uma perspectiva de planejamento econômico “neoliberal” e outra desenvolvimentista.

A corrente neoliberal surge especialmente no Rio de Janeiro, representada por altos funcionários do Estado que gradualmente começavam a se ligar à Academia na área de Ciências Econômicas, que, em alguma medida, tinham acesso a círculos de Economia internacionais e, finalmente, que geralmente pertenciam a uma geração que já vinha constituindo as competências de economistas no Brasil, seja na prática ou em

meios intelectuais, isto é, uma geração anterior às influências da CEPAL. Esse grupo tinha uma certa força por diversos motivos. Primeiramente, os liberais estavam mais ligados à gestão econômica governamental; também estavam mais consolidados intelectualmente, pois se aglutinavam no Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nessa corrente se enquadrariam Bulhões, Alexandre Kafka, Daniel de Carvalho, entre outros professores da FGV, e, como principal nome, Eugênio Gudin. As idéias de Gudin sobre o assunto ficaram conhecidas especialmente no livro *Rumos da Política Econômica*, de 1945, cuja inspiração procede das controvérsias com Roberto Simonsen.

Simonsen, por sua vez, representava a corrente desenvolvimentista, que acreditava na superação do subdesenvolvimento através da industrialização levada a cabo com interferência e planejamento estatal. Contudo, essa idéia só passou a ser realmente influente a partir do fim da década de 40 e, a partir de então, começaram a aparecer instâncias que procuravam dar subsídio ao planejamento econômico da industrialização. Um dos marcos nessa direção é o estabelecimento, em 1949, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). A comissão, que tinha por objetivo fazer diagnósticos da economia brasileira e propor modelos de desenvolvimento, era presidida por Octávio Bulhões e tinha como principal relator Roberto Campos. Esse tipo de intenção já demonstra a franca ascensão das idéias desenvolvimentistas; entretanto seu apogeu só foi alcançado com a influência das idéias da CEPAL.

O que a CEPAL forneceu à discussão brasileira foi um aparato analítico alternativo que servia de instrumento de combate à opção liberal. Esse instrumental foi, então, amplamente utilizado na formulação de linhas de industrialização para o país. Seguindo o intento da CMBEU constituiu-se também, em 1953, o grupo misto BNDE-CEPAL. Este grupo, presidido por Celso Furtado, tinha uma meta muito mais

direcionada a um plano de substituições de importação, dando ênfase à oportunidade histórica para tal.

Os resultados e proposições desses dois grupos serviram de base para a elaboração do Plano de Metas do governo Kubitschek. Foi também durante os anos desse governo que o pensamento desenvolvimentista atingiu seu auge. O próprio processo massivo de industrialização que então tomava lugar deixava pouco espaço para discussões liberais; todos os outros temas da agenda passaram a ser subordinados ao desenvolvimento. Mas a relativa completude do projeto de desenvolvimento, nos primeiros anos da década de 60, trouxe à tona a discussão de problemas como a inflação e as reformas de base ainda necessárias.

2.3 A CONSOLIDAÇÃO DE INSTÂNCIAS DE PESQUISA ECONÔMICA: A ACADEMIA E OS INSTITUTOS DE PESQUISA

Poderíamos agora tratar das discussões ocorridas durante os anos 70 e 80, mas, como a maioria da literatura aponta, essas discussões giram em torno de planos de estabilização, ou seja, da política econômica. A inflação foi um dos principais temas no qual se polarizou uma discussão entre “monetaristas” e “estruturalistas”; aqueles relevando o aspecto monetário do fenômeno e estes as condições estruturais que o causavam. Nessa discussão, se destaca uma “heterodoxia” estruturalista de economistas da Unicamp, PUC-RJ e FGV-SP num contexto onde não seria implausível especular que boa parte das instabilidades pode ser atribuída à ação dos próprios economistas (NEIBURG, 2004). Posteriormente pode-se falar de um dissenso entre essa heterodoxia com a aproximação da PUC-RJ de uma postura mais

“neoliberal” (PRESSER, 2001). No entanto, essas são muito mais estórias da relação entre o campo da pesquisa em Economia e o campo político⁶. Como pretendemos nos concentrar no campo dos pesquisadores em Economia, passamos agora aos aspectos que marcaram a estruturação desse campo nas últimas décadas, como o processo de internacionalização da disciplina econômica no país e a história institucional que conta a implantação do ensino superior de Economia no país, com ênfase no ensino de pós-graduação. Esses elementos marcam um deslocamento gradual dos ambientes de discussão: de comissões ou órgão governamentais de gestão econômica para círculos acadêmicos.

2.3.1 A Internacionalização da Ciência Econômica Brasileira

É impossível ignorar os traços de internacionalização que a produção científica em Economia adquiriu no Brasil nas últimas décadas. O início desse processo coincidiu e fez parte do desenvolvimento dos centros de pós-graduação no país, ou seja, toma maior intensidade no fim dos anos 60 e durante os anos 70:

[N]a segunda metade do século XX, a Economia como ciência ganhou um caráter técnico e profissional no mundo todo [...] desenvolveu-se, sob a hegemonia incontestada dos Estados Unidos, um padrão de pesquisa e de método em Economia, assim como um padrão de estrutura curricular e de ensino de Economia que se espalhou praticamente pelo mundo todo. Ora, é sobre o peso dessa dominação que se deu a expansão dos cursos de Economia no Brasil (PRADO, 2001, p.13).

Em termos concretos, esse processo funcionou da seguinte maneira. Por um lado, vários professores estrangeiros, em sua maioria norte-americanos, vieram através de convênios para o Brasil. As cooperações de mais destaque se deram entre a USP e a Universidade de Vanderbilt, IPEA e a Universidade de Berkeley, UFC e UCLA, mas

⁶ Embora omitida aqui, essa relação é trabalhada quase exaustivamente em LOUREIRO (1997a, cap.2).

muitos outros centros tiveram parcerias desse tipo. Essa vinda de Professores era basicamente financiada pela Agência Norte-Americana para Desenvolvimento Internacional (Usaid) e pela Ford Foundation. E, por outro lado, essas duas últimas instituições, junto ao incentivo de instituições brasileiras como IPEA ou Universidades, também promoveram o envio de diversos pesquisadores brasileiros para cursos de doutorado no exterior, principalmente nos Estados Unidos. Em pouco tempo, titulações em países estrangeiros se tornaram um importante capital para o campo dos economistas no Brasil. Esse capital dá acesso a cargos em Universidades de prestígio e altos cargos no governo. Isso pode ser atestado pela trajetória de diversos economistas, especialmente a partir dos anos 80 (LOUREIRO, 1997a, p.78-117).

2.3.2 O Ensino Superior em Economia e a Formação dos Centros de Pós-Graduação

O treinamento formal em Economia, ou seja, o ensino superior no nível de graduação, surgiu, no Brasil, nos anos 40. No Rio de Janeiro, o primeiro curso de Economia surgia na Universidade do Brasil (posterior UFRJ) com a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE) em 1945. Essa experiência foi resultado de uma ideologia propagada fundamentalmente por Gudin e Bulhões de que o ensino de Economia deveria formar os quadros necessários para a modernização do país. Desta forma, dado que o Rio era, na época, o centro do poder no Brasil, lentamente os formados pela FNCE foram se agregando ao aparato estatal e, com destaque, à FGV. Sem dúvida, esse fator suavizou as primeiras dificuldades do curso. Isso também foi elevando gradualmente a apreciação da disciplina. Todavia, essas não eram as circunstâncias em São Paulo, onde o primeiro curso de Economia apareceu em 1946, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administração (FCEA, atual FEA) da USP. Embora centro econômico do país, a cidade ainda não conseguia conceder uma posição de destaque ao formado em Economia. Como afirma LOUREIRO (1997a,

p.37-38) “a pouca instrumentação profissional não oferecia competitividade se comparada aos cursos tradicionais. A Faculdade de Economia era procurada, na verdade, predominantemente por jovens de extração social mais baixa, provenientes de escolas técnicas de comércio, que não tinham condições econômicas de freqüentar escolas de direito ou engenharia”. O depoimento de um dos estudantes da turma que entrou em 1960, Raul Ekerman (1989, p.122-123), lembra o seguinte: “com exceção das cadeiras de Histórica Econômica [...], de algumas de métodos quantitativos [...], de algumas de Teoria Econômica [...], as demais que formavam a grande maioria transmitiam um conhecimento obscuro e desconexo”. Ekerman continua descrevendo os objetivos da FCEA, que eram basicamente formar um cidadão de conhecimento universal e um profissional dotado de um instrumental útil no mercado de trabalho: intenções grandiosas e que, na maior parte do tempo, não tinham êxito.

Um último elemento a ser citado nessa descrição dos primórdios do ensino de Economia é que, quando chegamos aos anos 60, o número de cursos aumenta em certa medida. Entretanto sua qualidade se mostra bastante insuficiente. Em face desse quadro, um grupo de economistas, como Antônio Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen, Isaac Kerstenetsky, João Paulo dos Reis Velloso e Maria da Conceição Tavares, se juntaram no que ficou conhecido como o Encontro de Itaipava (RJ). Nesse encontro foram discutidas soluções para os problemas do ensino de Economia no Brasil e, além disso, traçaram-se novos rumos para o desenvolvimento da Ciência Econômica no país, visando com que os cursos se emancipassem⁷, como afirma

⁷ Esse processo de “emancipação” e especialização da disciplina segue uma racionalidade antecipada pelas Universidades nos EUA. Lá, gradualmente as portas da Ciência Econômica foram se fechando e seus arautos passaram a ouvir apenas o que ecoava entre as paredes de seu novo domínio estabelecido. “The fact that economists from the late nineteenth century through the interwar period wanted to find out about the world with a scientific spirit did not mean that they used one single method of approach. But it did mean that most economics was expressed in concrete rather than abstract terms, whether the topic was one of specific or general import.” (MORGAN; RUTHERFORD, 1988, p.7), ou seja, o fazer Economia passou de análise de casos e

PRADO (2001, p.14), “do domínio até então exercido por outras disciplinas como Sociologia, Direito, Administração etc.”.

Assim, os anos 70 presenciam outras condições para a Ciência Econômica e seu cientista. Houve uma sensível expansão de postos para economistas em todas as esferas de governo. Os centros de ensino melhoravam, seguindo as diretrizes do Encontro de Itaipava e, muitas vezes, convocando ajuda de docentes do exterior. Chega-se então ao ponto onde, na década de 70, “aprofunda-se a tendência, presente desde a década anterior, de as universidades representarem uma via privilegiada de acesso aos principais cargos do governo. É só a partir dos anos 70 que indivíduos da classe alta passam a freqüentar as escolas de Economia, considerada até então como uma disciplina ‘menor’” (BINDERMAN *et al.*, 1996, p.23).

Continuando a história institucional, o que possibilitou a crescente autonomia de um campo dos economistas foi o surgimento dos diversos centros de pós-graduação. Quanto aos primeiros centros, é necessário se ter em mente que a cronologia da implantação dos cursos de pós-graduação e institutos de pesquisa serve apenas como referência, pois os embriões de tais empreitadas se acham às vezes muito antes. A pós-graduação em Economia da FGV foi estabelecida em 1966; na USP ela

problemas bastante palpáveis, embebidos em história e, na verdade, com um método estratificado e difuso para um programa de pesquisa com sua própria linguagem, problemas diferentes ou travestidos considerados legítimos e meios internos de validação. EMMETT (1998) estuda esse processo de uma passagem do pluralismo à Ciência Econômica “moderna” no caso da Universidade de Chicago e fundamenta seu argumento no objetivo do treinamento do economista antes e após os anos 40: “through the early 1930s, a Chicago Economist was an intelligent person dedicated to studying a particular setting of problems and exercising a public responsibility to widen the realm of intelligence through teaching and researching. By the late 1940s, a Chicago economist was a person who possessed specialized methods for the acquisition of knowledge and the ability to discern between truth (knowledge that in principle was in accordance with the discipline’s methods) and error” (EMMETT, 1998, p.146). O que mudou nesse processo foi, entre os economistas, a sua própria visão de como fazer ciência e de como essa ciência deve se portar perante a sociedade. Pode-se observar isso através dos meios concretos onde a Economia expressa sua produção: os estudos escritos, cujo *lôcus* passou do livro para o ensaio ou artigo de periódico (MIROWSKI, 1991, p.153), expressando a internalização em meios especializados de divulgação. Acreditamos que foi um processo similar que ocorreu na Ciência Econômica brasileira durante os anos 60.

apareceu em 1965, juntamente com a criação do IPE; a EAESP da FGV de São Paulo, casa de Bresser Pereira e Nakano, foi criada em 1954, mas a pós-graduação em Economia só veio tardiamente em 1989; na PUC-RJ o mestrado é implantado em 1977; o IPEA toma seus moldes mais definitivos em 1967. Todavia, para se dar mais sentido a essas datas, o melhor é observar um pouco da trajetória de formação desses centros.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi estabelecida em 1944 no Rio de Janeiro e suas incursões pela área de Economia, entre as pioneiras no país, começaram já dois anos depois. Foi em 1946 que foi criado o Núcleo de Economia, que alguns anos mais tarde passou a se chamar Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), sob a direção de Eugênio Gudin, e foi também nesse ano que surgiu a *Revista Brasileira de Economia*, publicada por esta instituição. Contudo, a semente de um programa de pós-graduação só apareceu em 1959, com uma espécie de curso piloto para preparar alunos já graduados a fazer pós-graduação como bolsistas nos EUA e Europa. O curso funcionou e, em 1961, ele passa a se chamar Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE), consistindo de seis meses de aulas de macro, micro, matemática, estatística e inglês, sendo quase tudo ministrado por Mario Henrique Simonsen. Com a experiência na preparação de alunos, a FGV estabelece seu próprio programa de pós-graduação em Economia, como já foi dito, em 1966. Nessa época, a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da FGV ainda só oferecia o mestrado, instituindo o doutorado em 1974.

Algo que merece ser salientado é o caráter mais “cosmopolita” da FGV, pois, desde seus primórdios, seus integrantes tiveram bastante contato com pesquisadores estrangeiros e, além disso, um de seus focos era justamente o intercâmbio

internacional, seja através de professores visitantes ou do envio de seus quadros para cursos no exterior⁸. Um dos resultados disso foi o reforço da “utilização de instrumentos formalizados de análise econômica. A opção por uma linha de investigação mais quantitativa é explícita desde as origens da EPGE” (BINDERMAN *et al.*, 1997, p.22). Ou seja, a FGV se colocou como principal divulgador da Ciência Econômica praticada no exterior, principalmente nos EUA, e pregava seus padrões de científicidades, entre os mais importantes o uso de técnicas quantitativas e formais.

A origem do curso de graduação em Economia da USP já foi abordada. A pós-graduação aparece em meados dos anos 60, a partir de uma reforma curricular que permite um direcionamento do ensino de Economia para uma linha mais técnico-profissionalizante. Porém, no caso da USP, esse programa foi implantado pelo recém criado Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), tendo como principal coordenador Delfim Netto. A FEA e o IPE também contaram com um grupo de professores estrangeiros que compôs seu quadro durante os anos 60.

Buscando fazer um mestrado alternativo ao da FGV de Simonsen e da USP de Delfim Netto, Edmar Bacha encabeça a abertura do curso de pós-graduação em Economia da UnB em 1973. Para garantir um caráter internacional, o curso tinha Lance Taylor, do MIT, como Professor visitante. A intenção, segundo o próprio BACHA (1998, p.202), era estabelecer um curso “que usasse a técnica americana para a análise dos temas relevantes da economia brasileira e latino-americana, conforme

⁸ Cabe citar aqui uma observação de LOUREIRO (1997a, p.42) sobre Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa Bulhões, expoentes do IBRE da FGV que participaram decisivamente de seu desenvolvimento. Esses dois personagens “tiveram, desde a infância, importantes vivências no exterior. Gudín estudou em Paris e Bulhões, filho de diplomata, também viveu na França e na Áustria nos primeiros anos de vida. A partir da década de 40, eles viajavam frequentemente ao exterior, como representantes brasileiros no FMI, mantendo sempre contato com professores de Harvard e de outras universidades norte-americanas. Conscientes das vantagens que essa situação propiciava nos meios acadêmicos, eles estimularam a prática do envio sistemático de quadros do IBRE para formação no exterior”.

descortinados pela CEPAL”. Todavia, já dois anos depois, a maioria dos professores originais (como Dionísio Carneiro, Francisco Lopes, Pedro Malan, Taylor e até mesmo Bacha) abandonou a UnB, o que desfigurou completamente o curso de seu plano original.

A Escola de Administração de Empresas da FGV de São Paulo (EAESP) foi a base acadêmica que possibilitou o surgimento de uma pós-graduação também em Economia em 1989. Isso aconteceu, em grande parte, devido ao importante núcleo de economistas que ali se formou, com destaque para Bresser Pereira. Uma das peculiaridades dessa escola seria a diversidade, tendo seu departamento de Economia, como descrito nas palavras do próprio BRESSER PEREIRA (*apud* BINDERMAN *et al.*, 1996, p.158), “um caráter rigorosamente plural, no sentido que nós jamais admitimos que uma orientação ideológica prevalecesse”. Também é preciso citar o papel central de Bresser na publicação da *Revista de Economia Política*, com princípios de observar a economia junto a perspectivas históricas e políticas, de um pretenso “retorno” à Economia Política.

O embrião do IPEA aparece no fim do governo Goulart com a Associação Nacional de Programação Econômica e Social (ANPES), que era uma associação privada, financiada por empresários, e que já no começo do regime militar é absorvida pela estrutura governamental e muda de nome para Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA). Em uma reforma administrativa de 1967 esse escritório muda de nome para Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e se torna o principal órgão ligado ao Estado para a formulação de políticas econômicas. Contudo, como afirma LOUREIRO (1997b, p.215), “mais do que as próprias atividades de planejamento, o IPEA teve papel crucial na produção de conhecimento econômico no país, através de suas atividades sistemáticas de pesquisas aplicadas tanto em áreas macroeconômicas, quanto em áreas setoriais e sociais”. Esse processo é acentuado no

final dos anos 60, quando o instituto se divide entre o Instituto de Planejamento (Inplan) e de Pesquisa (Inpes), sendo que este se coloca enquanto um importante centro não só de pesquisa aplicada, mas também de investigações teóricas. Também foi fundamental a publicação do periódico *Pesquisa e Planejamento Econômico*, pois, segundo a avaliação de um antigo membro, Pedro Malan (*apud*. D'ARAÚJO *et al.*, 2005, p.64), “não era apenas um veículo para a produção interna; economistas de todo o Brasil e do exterior mandavam artigos para serem publicados na PPE. Com isso, o Inpes teve um papel muito importante no desenvolvimento e consolidação da profissão de economista e na formação de economistas no Brasil”. O instituto também oferecia cursos de aperfeiçoamento e estimulava seus funcionários a fazerem doutorado no exterior. E, além disso, durante seu princípio, desempenhava suas funções com um convênio junto a Universidade de Berkeley, o que dotou o IPEA das mesmas condições que a EPGE e o IPE em sua formação.

A pós-graduação em Economia da PUC do Rio de Janeiro é fundada a partir de um dissenso entre alguns professores sobre o programa de mestrado da EPGE. Nessa discordância, Francisco Lopes, Dionísio Dias Carneiro e Rogério Werneck, abandonam a FGV e montam o mestrado na PUC-RJ, em 1977. Entre o quadro de professores se encontravam muitos doutores recém-chegados do exterior que buscavam estabelecer um curso com o “rigor” americano, mas, mesmo assim, tendo uma visão ligeiramente diferente do pensamento econômico vigente durante a ditadura. Alguns autores rotulam os economistas da PUC-RJ desse período como “estruturalistas formais” ou “neo-estruturalistas” justamente por esse posicionamento que contribuiu no desenvolvimento de uma teoria da inflação inercial e pela crítica do ajuste chamado ortodoxo promovido no começo dos anos 80.

Além do programa da PUC-RJ, vários outros programas de pós-graduação foram fundados durante os anos 70. Na UFMG, a pós-graduação começou em 1974;

no CAEN da Universidade Federal do Ceará, em 1974; na UFBA, em 1976; na UFRJ, em 1979. nos anos 80, podemos mencionar a fundação dos seguintes mestrados: UFF, UFPR, UFES. Enfim, essa multiplicação permitiu a ampliação considerável do campo dos pesquisadores em Economia.

Tendo visto o surgimento de algumas das principais instituições que dão possibilidade a um campo acadêmico dos economistas, desembocamos no final dos anos oitenta. Nessa época, já é possível falar de uma consolidação desse campo: os centros de pós-graduação se tornam mais numerosos e uma grande parte da academia consegue se reproduzir no Brasil, sem ter que recorrer necessariamente a cursos no exterior. Em suma, nas últimas duas décadas, houve um aumento considerável no número de produtores e consumidores de pesquisa econômica que possibilitou uma maior consistência desse espaço social específico. Deste modo, cabe agora investigar o estado e estrutura atual do campo.

3 O CAMPO DOS PESQUISADORES EM ECONOMIA NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é explorar o estado do campo dos pesquisadores em Economia no Brasil nesses primeiros anos de século XXI. Desta maneira, será estudada aqui a estrutura do campo quanto ao espaço das instituições, das gerações e, por último, quanto às lutas de fronteira e autonomia.

Como a intenção é elaborar um quadro da estrutura do campo dos pesquisadores em Economia nos primeiros anos do século XXI, a primeira questão foi a escolha de uma amostra que fosse representativa na demonstração das atividades e características deste campo. Para tanto, partiremos do princípio de que a Ciência Econômica é feita, primordialmente, através de publicações em periódicos especializados⁹. O critério de seleção dos periódicos a serem investigados foi encontrado em AZZONI (2000), ou seja, os periódicos mais importantes segundo o número de citações recebidas durante os anos 90¹⁰. Esses periódicos são *Pesquisa e Planejamento Econômico* (PPE), *Revista Brasileira de Economia* (RBE), *Revista de Economia Política* (REP) e *Estudos Econômicos* (EE). O período escolhido foi o de 2001 a 2005. Para todos os artigos nesses periódicos, dentro do período indicado, foram levantadas as seguintes informações: o autor e sua filiação, a técnica matemática utilizada. Com a relação dos autores em mãos, foram levantados sobre eles ainda, quando possível, os seguintes dados: a quantidade de artigos publicados nos respectivos periódicos e sua totalidade;

⁹ Sobre essa suposição ver MIROWSKI (1991). Nesse artigo, Mirowski afirma que três principais características da Ciência Econômica depois da Segunda Guerra Mundial são a crescente matematização, a migração de cientistas de outras áreas, principalmente engenheiros e matemáticos, e, por fim, o deslocamento do meio de produção científica do livro para o artigo de periódico. Para determinarmos que esse também é o caso no Brasil, pode-se fazer uso de diversas narrações sobre a História do Pensamento Econômico Brasileiro, pois a maioria delas são unânimes em dizer que a maturidade da Economia no Brasil foi atingida após os anos 60, justamente os anos nos quais os principais centros de pós-graduação se firmavam no país e os principais periódicos se estabeleciam enquanto principais veículos da produção científica em Economia.

¹⁰ Um outro indicador é a alta qualificação que a CAPES atribui a essas revistas.

o local e a data de conclusão de graduação, mestrado e doutorado; a data e local de nascimento; e demais observações relevantes como uma eventual participação no governo, experiência no setor privado, eventuais prêmios recebidos, publicações em jornais, especialidade ou origem social¹¹. Após esse levantamento, selecionamos apenas os agentes em atividade no Brasil, o que resultou em 496 indivíduos.

Para explorar as associações entre as variáveis estudadas, utilizamos a “Análise de Correspondências Múltiplas” (ACM). Embora não muito conhecida no Brasil, assim como no mundo anglo-saxão, essa técnica é largamente utilizada na França por sociólogos, biólogos, lingüistas e economistas¹². Essa técnica de Análise Geométrica de Dados utiliza tabelas que cruzam indivíduos e variáveis, nas quais as variáveis são categorizadas, isto é, tem um número finito de categorias. Para cada variável, pode-se pensar em uma representação espacial e, para um conjunto de n variáveis, pode-se estabelecer uma representação de uma “nuvem” de pontos em $n + 1$ dimensões. O objetivo da ACM é proporcionar uma visão tangível de realidades multidimensionais por meio da redução das dimensões. Isso é feito através da representação das modalidades e indivíduos em eixos onde as variâncias das modalidades são maximizadas, chamados eixos de inércia. Em outras palavras, são simplesmente eixos onde as modalidades e casos (observações) que apresentam mais homogeneidade são colocados mais próximos e os mais distintos mais afastados (BENZECRI, 1992; ESCOFIER e PAGÈS, 1992). Normalmente são utilizados os primeiros dois eixos formados, pois é possível uma observação geométrica da relação entre as modalidades

¹¹ As informações sobre os autores foram coletadas principalmente em fontes disponíveis na internet, como o Currículo Lattes, e no DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930 (2001).

¹² “Bourdieu has therefore made an intensive use of geometric data analysis (GDA) methods, which rest on a simple epistemological principle expressed by Benzécri: ‘the model follows the data, not the reverse’. Guided by a sociological frame-model, the sociologist does not presuppose any strong relation between two or three variables but try to explore the entire system of relations between many variables and, simultaneously, to reveal the *proximities* and distances between agents” (LEBARON, 2001b, p.127).

e indivíduos em um plano chamado “primeiro plano principal”. Os resultados básicos da ACM incluem os seguintes elementos: a representação geométrica dos indivíduos e modalidades; o autovalor associado a cada eixo, que indica a variância da nuvem de pontos no eixo; e, por fim, as contribuições de cada variável para a formação de cada eixo, que somadas igualam o autovalor associado ao eixo.

Entre variáveis de propriedades sociais, trajetória e títulos acadêmicos, posição e propriedades profissionais e, por último, notoriedade, compuseram a análise dezesseis variáveis ativas, isto é, variáveis que contribuíram na formação dos eixos, somando sessenta e três modalidades. As variáveis e modalidades estão descritas mais a fundo no Apêndice. Para rodar a Análise de Correspondências Múltiplas utilizamos todas as variáveis, com exceção da variável “Instituição de Filiação”. Esta variável foi colocada na análise como suplementar, ou seja, não foi utilizada no cálculo da construção dos eixos de inércia, mas suas modalidades também podem ser projetadas no gráfico¹³. O sumário do modelo e as medidas de discriminação podem ser encontradas no Apêndice. Tanto os gráficos quanto a ACM foram realizados com o programa SPSS.

3.1 A ESTRUTURA DO CAMPO

Para determinar uma estrutura do campo dos pesquisadores em Economia no Brasil, começaremos pela interpretação dos dois primeiros eixos de inércia que determinam o primeiro plano principal, seguindo a proposta de BENZÉCRI (1992, p.417).

¹³ Isso se justifica, pois, se colocada no cálculo, essa variável discrimina quase homogeneamente nos dois eixos, o que não a deixa útil para a interpretação dos eixos e, de todo modo, seus efeitos são bastante bem captados na variável “Tipo de Instituição de Filiação”, com a qual o índice de correlação das variáveis transformadas é de 0,955.

Na ACM elaborada, as variáveis com os maiores índices de discriminação no primeiro eixos foram “Tipo de Instituição de Filiação” (0,667), “Intensidade de Publicações” (0,503), “Titulação” (0,328) e “Premiações” (0,188). A variável “Publicação”, ou seja, o periódico de Economia no qual cada indivíduo mais publicou, também obteve um índice expressivo (0,533), entretanto sua discriminação é ainda maior no segundo eixo (0,743), juntamente com as variáveis “Técnica Matemática” (0,715) e “Especialidade” (0,171).

Entre as variáveis que mais discriminam no primeiro eixo, encontramos duas que atestam a notoriedade (“Intensidade de Publicações” e “Premiações”). Por outro lado, há também a variável “Titulação” que estabelece as diferentes hierarquias de títulos outorgados pela Academia. Apenas com esses elementos já poderíamos interpretar o primeiro eixo como *eixo da acumulação de capital científico*. Há uma oposição, pela discriminação de variáveis de notoriedade e hierarquia, que distingue quem tem mais capital científico de quem tem menos.

O segundo eixo tem como maiores índices de discriminação duas variáveis de qualidades profissionais: a técnica matemática¹⁴ mais utilizada e o periódico no qual o

¹⁴ Uma pequena observação sobre as matemáticas na Economia se mostra útil nesse ponto. Segundo MIROWSKI (1991), a Economia contemporânea aborda a utilização da expressão matemática em Economia como uma conquista, um processo cumulativo contínuo, como um progresso “natural”. Mirowski cita Gerard Debreu, que coloca a matemática como o instrumento para o estudo dos fenômenos econômicos. O autor aponta, então, que essa interpretação supostamente evidente do uso da matemática em Economia não é historicamente válida. O novo modelo de reconstrução histórica proposta por Mirowski aponta dois pontos de inflexão na progressão da expressão matemática rumo ao status quo em Economia. O primeiro se dá entre as primeiras propostas de utilização da matemática e a ascensão dos neoclássicos. O segundo ponto de inflexão acontece entre os neoclássicos e a Ciência Econômica que se constitui após a segunda guerra mundial. Os problemas que se apresentaram à matematização dos primeiros neoclássicos foram de duas ordens: uma interna, a outra externa. Internamente as teorias e formulações foram criticadas pelos próprios físicos, que entendiam as limitações da metáfora para a análise dos fenômenos econômicos. Externamente observa-se uma comunidade de economistas ainda relativamente apática à utilização do instrumental matemático. Pouco a pouco os neoclássicos foram conseguindo romper a resistência, mas, da segunda metade do século XIX até os anos 40 do século XX, o discurso matemático não é de forma alguma marca primordial da teoria econômica. A grande virada se deu após a segunda guerra mundial. O conturbado período entre guerras trouxe mais e mais *engenheiros, cientistas*

indivíduo mais publicou. O conjunto desses elementos pode ser visto da seguinte forma: além de uma diferenciação de quem possui mais ou menos capital científico, *há uma diferenciação qualitativa deste capital, representada no segundo eixo*. A consequência direta dessa diferenciação é a estruturação da luta simbólica, ou seja, a disputa pelo tipo de produção legítima dentro do campo. É nesse último tipo de luta que se define quais são os atributos da pesquisa “correta”, científica e pertinente.

3.2 O ESPAÇO DAS INSTITUIÇÕES E A HIERARQUIA CIENTÍFICA

No campo social da produção de pesquisa econômica, a posição das instituições onde essas pesquisas são realizadas depende fundamentalmente da oposição perpetrada pela “posse” da teoria econômica, ou seja, do controle último sobre a cientificidade nesse campo (LEBARON, 2001a, p.11). A separação hierárquica segundo a posse de capital científico é evidenciada no GRÁFICO 1, que demonstra a projeção das variáveis “Tipo de Instituição de Filiação”, “Intensidade de Publicações”, “Titulação”, “Premiações”, entre outras, no primeiro plano principal composto pelos primeiros dois eixos de inércia. No gráfico, podemos observar, em primeiro lugar, a clara separação entre os prêmios de diferentes âmbitos de consagração e a categoria de não recebimento de prêmios. Além disso, as categorias de maior intensidade de publicação também se distribuem em função de uma distinção espacial de acumulação de capital científico: do espaço de baixa publicação, à direita, à alta atividade científica, à esquerda.

Quanto ao “Tipo de Instituição de Filiação”, percebemos que há uma diferenciação entre, por um lado, a Academia e, por outro lado, os órgãos governamentais, setor privado e institutos de pesquisa. Isso demonstra a discriminação de quantidade de capital científico, pois o próprio conceito desse capital, a posse da “teoria econômica”, a cientificidade, são noções atribuídas à Academia em detrimento do poder de definição das outras instituições. Ora, entre os indivíduos levantados como amostra para este estudo, a maior parte se encontra na Academia, somando 79,8% do total de pesquisadores. Essa aglutinação em um tipo de instituição demonstra sua importância e peso na definição da “pesquisa legítima”. Essa aglutinação também reflete, na verdade, as condições proporcionadas pela Academia: em sua atribuição de pesquisador, o professor acadêmico pode se permitir à produção científica por pura consideração à Ciência. A diferença essencial da pesquisa acadêmica é que ela tem muito mais possibilidade de se colocar em um universo puro, relativamente distanciado das pressões práticas do campo econômico e político, do que no caso de entidades do setor privado, institutos de pesquisa e órgão do governo. É isso que coloca a Academia na posição de produtor primário de “teoria econômica” e ditar o conceito de cientificidade, pois a “teoria” é a produção mais “liberta” da razão prática dos outros campos; sua posição é, ao mesmo tempo, a de maior posse de capital científico e de guardião do julgamento dessa hierarquia, sendo peça chave no cultivo da autonomia do campo.

Outro resultado revelador é importância, na formação dos eixos da ACM, da variável “Titulação”. Os títulos outorgados ao pesquisador são nada mais que a forma institucionalizada do capital científico. Esta representação institucional da competência pessoal se mostra consideravelmente importante: o título determina a remuneração, o status e muitas vezes o acesso do pesquisador a certos círculos e também a recursos. Deste modo, não é coincidência a posição dominante da Academia

nesse espaço específico, pois ela também é responsável por outro fator de estruturação das oposições do campo: a distribuição dos títulos que dão acesso à crescente autoridade científica.

Outra informação interessante dada pela ACM trata das principais instituições acadêmicas. Colocada como variável suplementar, o total das instituições acadêmicas (que foram condensadas em “Academia”, “Setor Privado”, “Órgão do Governo” e “Instituto de Pesquisa” para a geração da ACM) estabelece uma nuvem de pontos em torno do ponto “Academia” (GRÁFICO 2) que se distribui principalmente ao longo do segundo eixo. Deste modo, o gráfico consiste num quadro das instituições acadêmicas segundo suas oposições nas modalidades de técnicas matemáticas e estratégias de publicação. Há uma clara oposição entre a publicação predominantemente, por um lado, na Revista de Economia Política e, por outro lado, na Revista Brasileira de Economia ou em Pesquisa e Planejamento Econômico. Junto a estas duas últimas também encontram-se a estratégia de publicação diversificada. Em um espaço mediano é possível encontrar o periódico Estudos Econômicos. Quanto às instituições, pode-se constatar a oposição extrema da FGV-SP e Unicamp, na parte superior, com relação à FGV, PUC-RJ e UFC, na parte inferior. Em um espaço intermediário encontram-se a USP, UFRJ e UFMG.

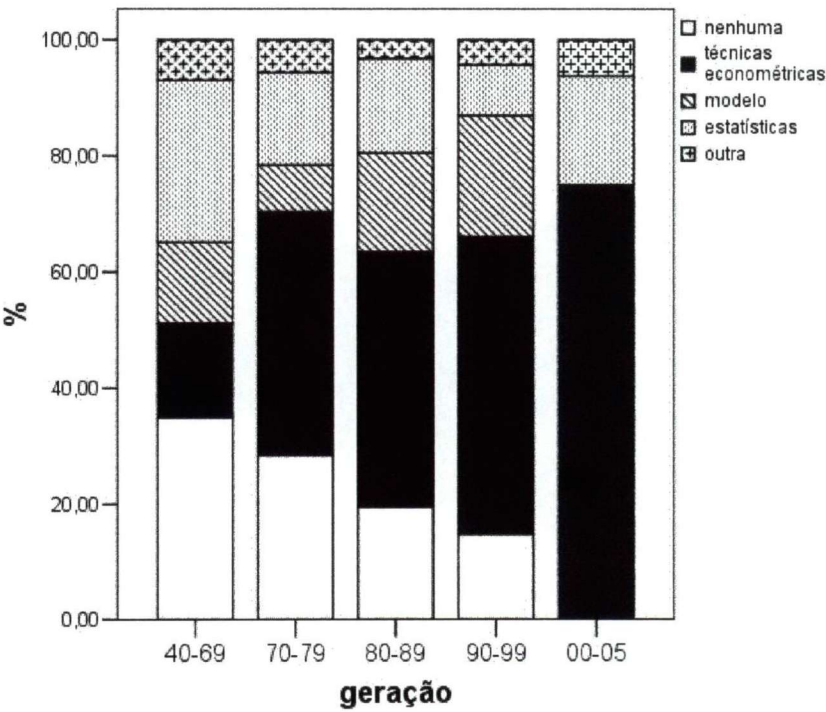
3.3 A CONSTITUIÇÃO GERACIONAL DO CAMPO

Um outro aspecto relevante a se observar é o comportamento da variável “Geração”. A primeira oposição entre suas categorias é bastante evidente e se trata daquela entre as gerações mais velhas, dos anos 40 aos anos 80, e a geração que está entrando no campo. A categoria geracional dos indivíduos que terminaram graduação de 2000 a 2005 está em uma posição de baixo capital científico, o capital necessário para fazer parte do campo, um fator que consiste, nessa perspectiva, em barreira à

entrada no campo. A posição intermediária da modalidade “1990-1999” demonstra exatamente a superação dessa barreira e a definitiva entrada no “mercado” dos pesquisadores.

Outra questão interessante é novamente a composição desse capital científico, necessário para a entrada no campo. Na amostra deste estudo, percebe-se um uso predominante de técnicas econométricas pela geração mais nova. Isso pode ser observado no GRÁFICO 3, que demonstra a porcentagem de indivíduos de cada geração que utiliza predominantemente cada técnica matemática. Conforme se avança a gerações mais velhas, percebe-se a diminuição gradual do uso de técnicas econométricas e o aumento da ausência de qualquer matemática. A formulação de modelos só aparece a partir da geração “1990-1999”.

GRÁFICO 3 GERAÇÕES E TÉCNICAS MATEMÁTICAS



Em um primeiro momento, pode-se supor que esse quadro existiu dinamicamente, ou seja, que há uma trajetória estabelecida para o campo estudado no seguinte sentido: a superação da barreira de entrada no campo através do uso de técnicas econométricas, estudando-se casos empíricos, isto é, fazendo-se “análise econômica”¹⁵; posteriormente, a formulação de modelos, que demonstram um maior grau de refinamento no pensamento teórico do indivíduo; e, finalmente, um “desligamento” das disputas do campo, por defasagem ou outro fator, abandonando-se o “rigor” da formalização em nome da discussão (em prosa) de temas menos pontuais. Entretanto, a história do campo aponta para uma interpretação ligeiramente diferente. Em primeiro lugar, as gerações mais velhas seguem o padrão de produção de pesquisa com menos matematização e “rigor científico” simplesmente porque esse era o padrão de sua geração. Como dito no capítulo 2, os cursos de Ciências Econômicas só apareceram nos anos 40, a produção em Ciência Econômica através da consolidação de círculos acadêmicos só ocorreu posteriormente e a proclamada “modernização” da disciplina no Brasil, no sentido de uma internacionalização, aconteceu ainda depois, no decorrer das últimas duas décadas. Uma grande parte dos pesquisadores da geração anterior à década de 70 tem formação em Direito ou alguma Ciência Social, teve a carreira marcada por alguma das “escolas práticas do saber econômico”, ou seja, estamos falando de uma geração que tem a grande propensão a não aceitar como legítimo, ou no mínimo inquestionável, o modelo de Ciência que a Economia se propôs a adotar na medida em que esta Ciência foi se tornando um campo mais e mais autônomo.

¹⁵ Não exatamente no sentido de Schumpeter, mas no sentido de se apropriar da teoria econômica para estudos de caso.

Por outro lado, essa maior autonomia foi alcançada na mesma época em que diversos economistas voltavam de seus doutorados nos EUA, a partir de meados dos anos 70. Esse processo parece ter sido realmente consolidado com a geração dos anos 80. É isso que demonstra a posição desta modalidade geracional, aparecendo como a mais oposta à geração anterior a década de 70 e se encontrando no espaço de maior matematização. Além disso, a geração “1980-1989” é a que tem a maior proporção e o maior número absoluto em indivíduos com grande número de publicação nos periódicos utilizados no estudo (entre dois e quatro artigos, 38 pesquisadores, isto é, 39% da geração, e mais que cinco artigos, 10 pesquisadores, somando 8,1%). Ora, pode-se dizer que esta geração é a que tem a maior tendência a utilizar a ênfase na formalização e na exploração de uma fronteira científica internacionalizada como estratégia de dominação simbólica, ou seja, como estratégia para impor seus padrões como legítimos às produções do campo e, ao mesmo tempo, como elemento que empurra o campo para uma maior autonomia com relação ao campo econômico e político.

3.4 LUTAS DE FRONTEIRA E AUTONOMIA DO CAMPO

Quanto a esse processo de autonomização, como lei se encontra face ao campo econômico e político? As estratégias dos grupos de pesquisadores lograram estabelecer um limite legítimo ao campo dos pesquisadores em Economia no Brasil? Na observação do processo de autonomia, pode-se defender que o caso nacional compartilha algumas características com campos de economistas mais independentes, como o campo dos economistas acadêmicos nos EUA, por exemplo. Há correntes de pensamento (neoclássica, keynesiana, marxista, etc.), há um sistema de gratificações, representado nas premiações de associações e sociedades e, finalmente, há também um caráter “esotérico”, distanciado do senso comum, que os textos de Economia na

maioria das vezes assumem. Esses fatores se colocam como argumentos a favor de um grau de autonomia considerável. Todavia, no estudo mais aprofundado da luta simbólica, os argumentos pesam para o lado de uma baixa autonomia do campo.

A luta simbólica é aquela que procura estabelecer as fronteiras do campo, ou seja, procura estabelecer qual é o conceito legítimo de pesquisador e de pesquisa econômica, quais são os problemas pertinentes e quais são as respectivas abordagens adequadas. Segundo o tipo de pesquisa que realizamos, as fronteiras do campo dos pesquisadores em Economia não se reduzem a fronteiras formais ou institucionais. Ao invés de instituir a empreitada aparentemente simples e mecanicamente estatística de contabilizar quem está e quem não está dentro do campo, a tarefa se encontra no intuito de explorar como se forma essa fronteira enquanto coisa em jogo no campo. Consideramos que esse jogo, no qual se engajam um determinado número de agentes, tem como *efeito de campo* “a tentativa de produzir um discurso econômico científico, o ‘acreditar’ na possibilidade de uma ‘ciência econômica’ ou, ao menos, de uma disciplina econômica” (LEBARON, 2001, p.11). E, dentro do âmbito deste efeito, os agentes buscam a autoridade científica (como descrito em 1.2).

Um posicionamento que nos dá um exemplo representativo de tentativa de imposição de um conceito de produção legítima em Economia pode ser encontrado em algumas publicações recentes sobre a produtividade dos pesquisadores brasileiros em periódicos estrangeiros, entre eles ISSLER e PILLAR (2002), ISSLER e FERREIRA (2004) e FARIA (2004). Para uma melhor noção do posicionamento dos autores, Issler é o indivíduo “C” na parte inferior do GRÁFICO 4, que expõe observações, ou seja, os indivíduos projetados no primeiro plano principal. Nesses trabalhos, pode-se notar, em primeiro lugar, o espírito de relevar a importância de se publicar no exterior: “it is important to stress that the international visibility of the Brazilian research in economics gives a strong signal on the quality of this research. The better known

internationally is the academic output of the Brazilian research the better is the quality of it” (FARIA, *op. cit.*, p.793). Em segundo lugar, esses estudos procuram avaliar se a produção brasileira, nesse sentido, é satisfatória ou não. A conclusão é definitivamente negativa.

Isso nos leva a duas reflexões. Primeiramente, há uma parte do espaço dos pesquisadores em Economia que defende padrões internacionais para as produções científicas do campo. Esses padrões internacionais estão normalmente ligados à idéia moderna de Ciência, contando com atributos como formalização dos argumentos, utilização da língua inglesa na redação das produções, edificação de teorias válidas por superações positivas na exploração de uma fronteira científica, enfim, atributos de uma Ciência enquanto campo bastante autônomo, relativamente desligado do campo econômico ou político, que pode, assim, sair em busca da teoria “pura”. Por outro lado, como a pesquisa econômica brasileira não está inserida internacionalmente de maneira satisfatória, é bastante justificado crer que esse padrão científico não está consensualmente aceito e praticado no país. Seria razoável se aprofundar ainda mais na demonstração desse ponto. Para demonstrar melhor, ao menos de forma estilizada, esses modos de produção do campo, tomaremos como exemplo os indivíduos “A” e “B” que se localizam nos extremos dos segundo eixo do gráfico 4.

O indivíduo B é Pedro Cavalcanti Ferreira da FGV. Ferreira fez sua graduação na PUC-RJ, no começo dos anos 80, e concluiu seu doutorado em 1993 na Universidade da Pennsylvania. Quanto a sua prática científica, tomamos como exemplo ilustrativo, seu artigo *A Note on Growth, Welfare and Public Policy*, publicado na Revista de Economia Política em 2001, onde Ferreira escreve sobre modelos de crescimento econômico e bem estar social. A argumentação do artigo é conduzida da seguinte forma: em primeiro lugar, há a exposição dos modelos recentes que tratam do efeito de políticas fiscais e monetárias no bem estar e crescimento e,

então, são inseridas suas contribuições explorando o modelo de quatro economias hipotéticas sob novas condições como investimento público fazendo parte do processo produtivo. Isso tem o seguinte objetivo: “we basically present some main results of the literature while also adding different types of public outlays” (FERREIRA, 2001, p.101). A organização do artigo demonstra isso mais claramente: 1- Introduction; 2- Tha Basic Model; 3- A Model with Public Good; 4- A Model with Two Classes; 5- Growth and Money; 6- Concluding Remarks. Há onze trabalhos citados. Um deles data de 1967. Dentre os outros dez, o mais antigo data de 1989. Além disso, todos os trabalhos citados são de autores estrangeiros. E, como última consideração, o artigo está escrito em inglês. Parece haver uma clara intenção de contribuição a uma Ciência Econômica internacional, por conta da linguagem, argumentação e pela própria escolha do problema. Isso está ainda associado a uma noção de contribuição à fronteira de uma determinada área.

O indivíduo A é Luis Carlos Bresser Pereira da FGV-SP. Como se pode observar no gráfico 4, sua posição no campo é bastante oposta ao indivíduo B. A trajetória acadêmica de Bresser começa com a conclusão da graduação em 1957 e, como é bastante comum à geração anterior aos anos 60, ele não cursou economia, mas Direito. Sua formação em Economia veio mais tarde com um mestrado nos EUA e o doutorado na USP. São bastante conhecidas as passagens de Bresser por altos cargos do governo federal, como ministro da fazenda e ministro da reforma de estado. Além desses dados biográficos, uma pequena série de afirmações de Bresser se mostram úteis para explicar seu posicionamento. “Sempre aliei a atividade acadêmica, que para mim é a principal, com uma atividade prática, seja no plano empresarial, seja no político” (BRESSER PERREIRA, 2000, p.155). “Sou antes de mais nada um economista político, que se aventura a fazer teoria social e teoria política” (*op. cit.*, p.160). Nos últimos anos, Bresser tem publicado principalmente análises históricas das

economias latino-americanas de caráter, como ele mesmo pronuncia, histórico indutivo. Como exemplo, podemos citar seus artigos publicados na Revista de Economia Política de 2001 a 2003, que debatem as performances econômicas dos países da América Latina sob a visão de suas decisões políticas recentes.

Para ilustrar um posicionamento oposto ao do internacionalismo, fazemos novamente uso do indivíduo A: “A coisa que eu estou mais acostumado a ver são resenhas de determinados assuntos em que os autores brasileiros são rigorosamente esquecidos. [...] E aí surge um problema muito interessante: a vontade de competir, que é legítima, com a universidade estrangeira, e de por ela ser aceito, leva muitas vezes o brasileiro a deixar que a agenda da discussão seja determinada por eles” (BRESSER PEREIRA *apud*. BINDERMAN *et al.*, 1996, p.179-180). Nessa citação, pode-se observar que, de certa forma, Bresser denuncia justamente o que a citação de Faria incita. A pesquisa relevante não poderia ser determinada exclusivamente no exterior; as condições específicas do Brasil devem ser relevadas.

Esses dois pontos de vista evidenciam, então, casos extremos de uma divisão de posições quanto à pesquisa legítima do campo. Por um lado, há a perspectiva de um campo que respeite os critérios internacionais de uma *hard science*¹⁶ e, por outro, de

¹⁶ Para fornecer uma interpretação instrumentalmente útil desta diferenciação de perspectivas científicas, de diferenciação de capital científico, parece bastante conveniente a utilização dos modelos de *hard science* e *soft science* no caso da Ciência Econômica propostos por ARIDA (1996). Arida emprega esses modelos como tipos ideais para guiar a investigação, não como descrição de casos concretos. O modelo de *hard science* tem como principal fundamento a noção de fronteira, transmitida das Ciências Naturais. Há uma fronteira científica na qual estão os últimos desenvolvimentos de um determinado campo de conhecimento e também na qual as eventuais contribuições passadas já estariam incorporadas. As consequências desse modelo para a prática científica em Economia consistem, em primeiro lugar, na discussão primordialmente de textos bastante recentes nos trabalhos e, em segundo lugar, de uma intenção contribuição, de edificação de um corpo de ciência rumo à teoria válida. Quanto ao modelo de *soft science*, vê-se dois princípios que o norteiam: a reconciliação problemática, ou seja, a visão de que as diferentes matrizes teóricas não se contrapõem frontalmente, que suas argumentações são irredutíveis uma a outra, enfim que há uma relatividade heurística intrínseca à avaliação dessas matrizes que deve ser guardada; e também o caráter intraduzível da matriz teórica em seu vigor original, em outras palavras, há uma perda em toda exposição secundária de uma teoria. Esses dois princípios fazem com que, no modelo de *soft science*, a teoria e a história não possam ser distinguidas no processo de prática científica. Isso implica uma

um campo encarado sob o olhar de uma Economia Política que se engaja muito mais na análise de casos nacionais concretos, recusando a formalização como um fim em si mesmo e julgando tópicos de política econômica como os mais pertinentes.

Aqui se mostra útil recorrer à literatura sobre o assunto, nomeadamente sobre as divergências entre economistas. É bastante conhecido o projeto de história oral e “estudo retórico” empreendido por Binderman, Cozac e Rego, segundo os moldes do livro de Klammer. Embora a idéia fosse seguir os mesmos padrões de Arjo Klammer, a versão nacional do conjunto de entrevistas detectou um aspecto específico do caso brasileiro: “as condições históricas e políticas brasileiras geraram uma classe de economistas profissionalmente diferenciados. Seja ocupando lugar na esfera pública ou privada, seja concentrando-se no ambiente acadêmico, são impelidos a estudar e opinar sobre vários assuntos. Muitos participam ativamente na política, tanto no Executivo como no Legislativo” (p.10). Um dos resultados disso é que “as controvérsias acadêmicas misturam-se com discussões políticas e vaidades pessoais” (p.12) Enfim, há uma grande mistura de elementos nas divergências. Não são apenas as idéias teóricas, como as suposições de um modelo, por exemplo, que se colocam em jogo. Isso se reflete também na relação que o campo dos pesquisadores em Economia tem com outros campos. A atividade do economista está sempre, de alguma forma, sujeita ao julgamento da mídia, herança dos tempos de alta inflação e do economista enquanto figura central nos planos de estabilização, e principalmente a demandas do mundo político. Talvez essa seja uma condição praticamente inerente à pesquisa do economista, como afirma LEBARON (2001, p.14): “a economia é a única disciplina

científica cuja produção e os produtores os jornais e os políticos têm o direito de avaliar, ao menos indiretamente”.

De fato, a Ciência Econômica está sob uma condição *sui generis* com a qual tem de lidar: ao tomar por objeto um dos campos mais influentes da vida social contemporânea, sua reivindicação do discurso legítimo sobre o mundo econômico é bastante ameaçada por critérios de julgamento que outros campos podem impor. Uma suposição para a autonomia de um campo de produção cultural é justamente um isolamento engendrado; assim, “a produção cultural, liberta das censuras e da autocensura impostas ou sugeridas pelo confronto direto com um público alheio à profissão e que encontra no âmbito do próprio corpo de produtores um público crítico e cúmplice, tende a obedecer a sua lógica própria” (BOURDIEU, 2001, p.106).

Essa condição não é atendida no campo dos pesquisadores em Economia no Brasil por diversas razões. Em primeiro lugar, a história do campo mostrou que a Ciência Econômica não surgiu no Brasil pelas vias da disciplina acadêmica, seguindo as regras de uma produção escolástica. Os avanços decisivos no desenvolvimento dessa disciplina aconteceram em uma época onde seu caráter era altamente funcional; as questões eram sugeridas pelo campo político, se demandavam formulações de políticas para o desenvolvimento. Mesmo que posteriormente surgissem as condições para uma produção mais “científica”¹⁷, as características do princípio do campo de submissão às demandas políticas estão ainda hoje presentes.

¹⁷ Mas há também um outro lado da falta de autonomia do campo: mesmo seu lado que prega a Economia enquanto “produção erudita” se livra da influência do campo político somente sob a pena de ter de adotar os princípios das Ciências Naturais. Em outras palavras, a Ciência Econômica reconhece princípios de avaliação que não lhe são próprios. Como bem se sabe, dentro do campo estritamente científico, as Ciências Naturais conseguem exercer o domínio simbólico soberano, ditando as propriedades do que é científico. Isso explica porque a Economia sempre está ocupada em tentar se demonstrar como mais próxima da Física ou Matemática, por exemplo, para reivindicar um status de Ciência.

Deste modo, pode-se sugerir que a falta de unanimidade na forma e conteúdo das produções do campo, nos posicionamentos e “crenças”, parece estar intimamente ligada à capacidade de outros campos de legislarem sob as práticas e pensamentos dos pesquisadores. Além disso, outra conclusão é que boa parte dos mal entendidos que a literatura sobre as divergências entre os economistas reproduz, está baseada no desconhecimento deste ponto. A questão da especificidade de uma suposta “teoria da inflação inercial” como produto do “pensamento econômico brasileiro” ou sobre a inserção de uma ideologia neoliberal no país, como estudado respectivamente por PAULANI (1997) e (2004), é, sob esta perspectiva, mais um instrumento de combate em uma disputa que tem muito pouco em comum com a disputa entre economistas novo-clássicos e seus opositores nos EUA. Por isso, a empreitada do Professor Rego, em suas entrevistas, não tinha a menor possibilidade de se estruturar como no livro de Klammer. Não há como existir uma discussão passional puramente teórica no Brasil, pois o campo está mergulhado em interesses de outros campos, interesses que são alheios à teoria econômica pela teoria econômica (à arte pela arte).

A especificidade dos economistas brasileiros pode ser depurada mais claramente se os observarmos como um campo. Em suma, o campo dos pesquisadores em Economia ainda não se constituiu enquanto um universo suficientemente autônomo. Por isso, ainda há disputas bastante heterogêneas sobre a produção legítima, seguindo padrões internacionais ou não, sobre a pertinência da discussão de políticas econômicas, sobre a pertinência da formalização; disputas heterogêneas mesmo sobre, por um lado, a utilidade de uma Economia “teórica” que não teria utilidade frente à Economia “prática”, a realmente necessária num país como o Brasil, ou frente às especificidades do caso brasileiro ou, por outro lado, de uma maior inserção internacional dos pesquisadores brasileiros, demonstrando uma maior “qualidade” de pesquisa.

GRÁFICO 1 ESPAÇO DAS PROPRIEDADES DOS AGENTES

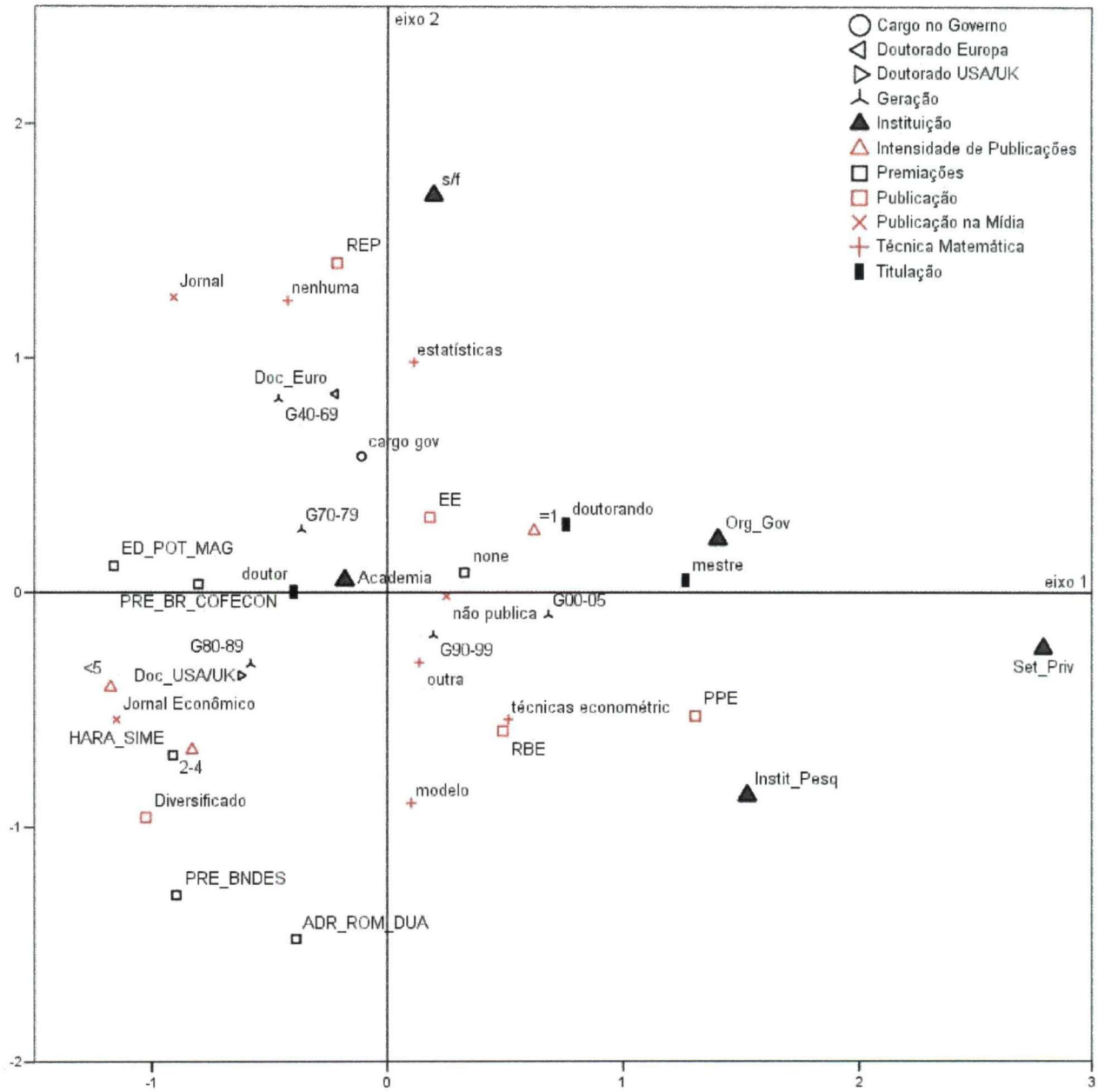


GRÁFICO 2 ESPAÇO DAS INSTITUIÇÕES

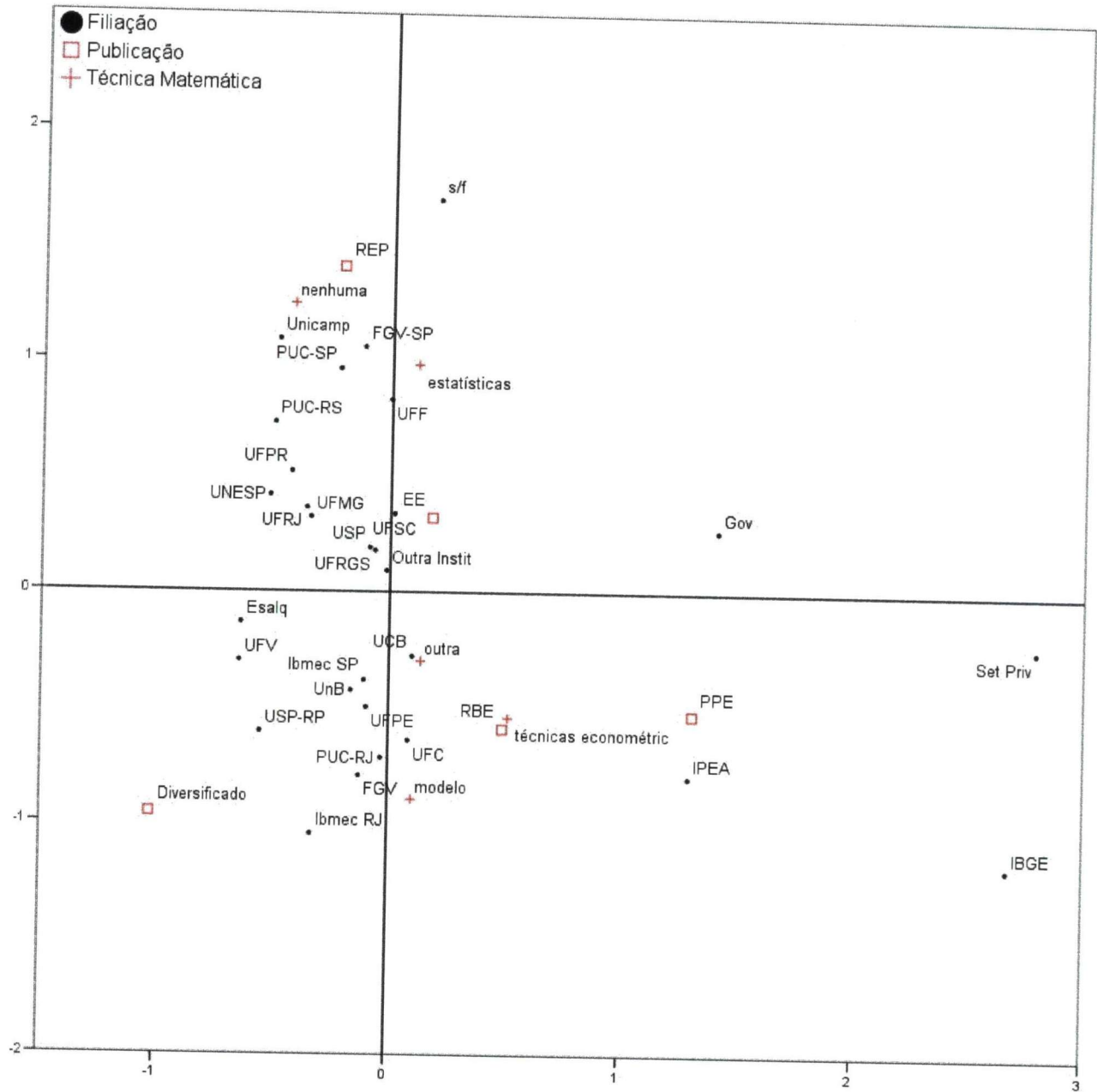
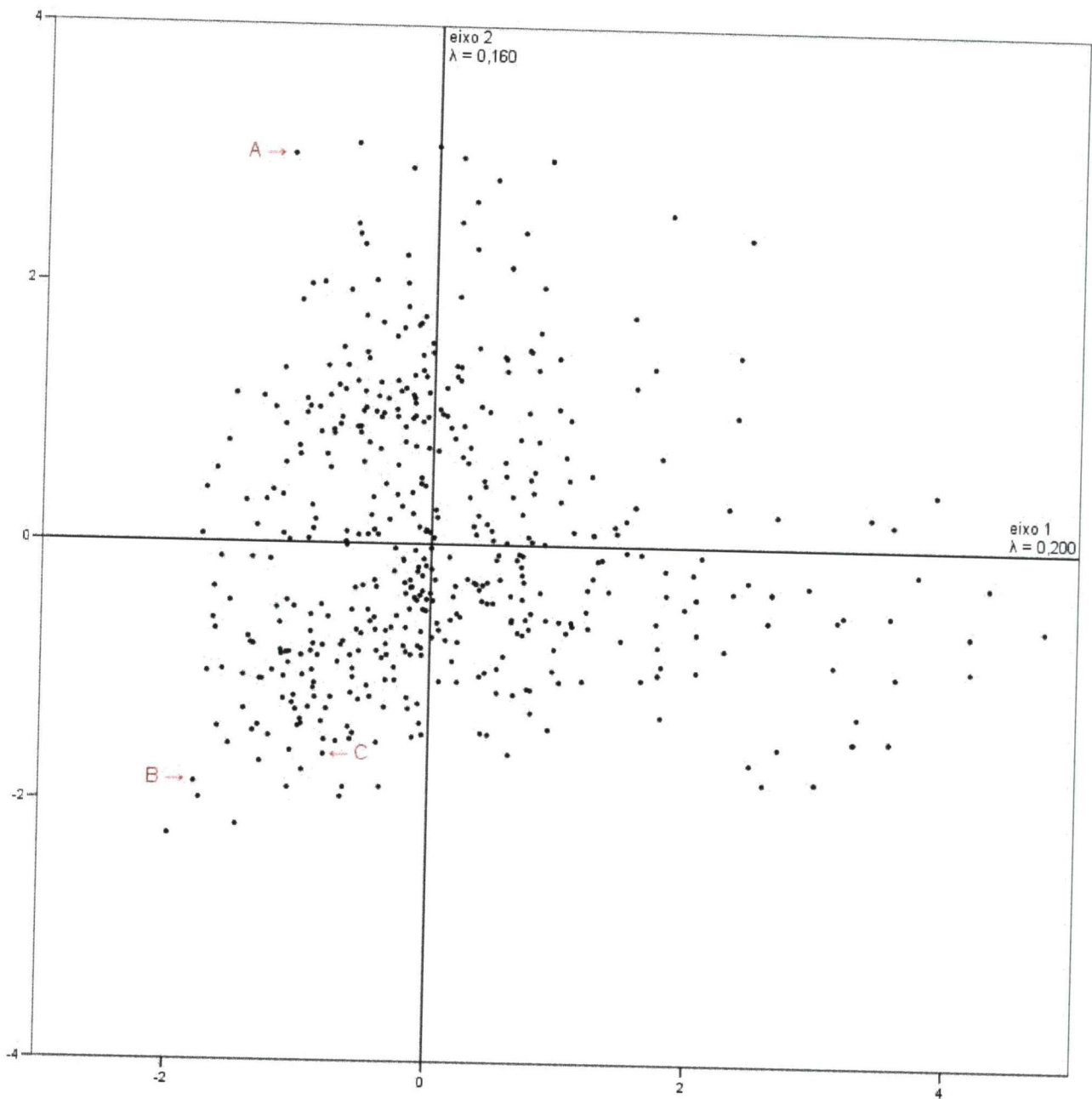


GRÁFICO 4 ESPAÇO DOS INDIVÍDUOS



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação tomou por objeto o campo dos pesquisadores em Economia no Brasil sob uma perspectiva bourdieusiana. A história de formação de tal campo consiste no processo que vai de seu surgimento, no seio de órgãos governamentais, até sua crescente autonomização, através de vários fatores, mas principalmente por causa do fortalecimento da produção de idéias na Academia. Todavia, esse processo de autonomização se mostra ainda bastante inacabado. É clara a interferência do campo político na definição da agenda da disciplina, interferência que também se faz sentir na estrutura do campo.

Com respeito a essa estrutura, a Análise de Correspondências Múltiplas acusou, por um lado, uma distinção entre maior e menor posse de capital científico e, por outro lado, uma diferenciação qualitativa deste capital, indicado pela discriminação de estratégias de publicação e uso de técnicas matemáticas. Através disso, é possível afirmar que há uma oposição entre Academia e outras esferas de produção de pesquisa econômica no que tange à quantidade de capital científico e conseqüentemente à capacidade de se impor um fazer Ciência legítimo. Por meio da observação das modalidades geracionais, foi possível detectar no capital científico um caráter de barreira de entrada no campo, pois as gerações mais novas, sem altas titulações, sem premiações e sem uma alta produtividade, se colocam num espaço do campo hierarquicamente inferior. Por último, foi possível notar que as lutas de fronteira do campo têm aspectos bastante heterogêneos, o que aponta para um fraco grau de autonomia.

APÊNDICE

Há algumas observações a serem feitas sobre a consequência da escolha dos periódicos citados acima como base para a amostra. O fato de possuírem o maior número de citações os coloca como meios altamente ativos de divulgação de pesquisa. Por consequência, essa característica também lhes confere prestígio; o que nos permite assumir legitimamente que a intensidade de publicação nesses quatro periódicos por um determinado autor é, por si mesma, uma espécie de indicador de notoriedade dentro do campo. Portanto, para os objetivos desta pesquisa, a utilização de outras fontes para o levantamento da amostra de economistas seria de utilidade limitada.

Além disso, há algumas observações a serem feitas sobre a formulação e atribuição de certas variáveis e modalidades. Na variável residência, a modalidade atribuída a cada indivíduo é o local onde ele esteve mais tempo durante o período 2001-2005. A variável “cargo no governo” se refere a altos cargos federais, ou seja, trabalho em ministérios, no BNDES ou Banco Central. Na variável “geração”, classificamos conjuntos de indivíduos que têm em comum o período no qual efetuaram seus estudos de graduação. Os dados da variável “especialidade” foram levantados a partir da categoria declarada em “área de atuação” no currículo lattes do indivíduo. Em seguida, agregamos essas áreas para termos um número operacional para a análise. Para as variáveis “Instituição de Filiação” e “Tipo de Instituição de Filiação” é atribuída a modalidade na qual o indivíduo permaneceu mais tempo no período 2001-2005. Em “técnica matemática” é atribuída ao indivíduo a modalidade que por ele foi mais usada em suas publicações. Em “Intensidade de Publicação” foi contabilizado o número de artigos publicado por cada indivíduo nos periódicos RBE, PPE, REP e EE no período 2001-2005. Em “Publicação”, a modalidade atribuída se refere ao periódico no qual o indivíduo publicou; no caso de publicação em mais de um periódico, o indivíduo é classificado como “diversificado”. Para a variável “Publicação em Jornais”

atribuímos as modalidades afirmativas de publicação àqueles que, no período 2001-2005, publicaram mais de cinco artigos em *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *O Globo* ou *Jornal do Brasil*. Por outro lado, os jornais econômicos foram *Gazeta Mercantil* e *Valor Econômico*. No caso de um indivíduo publicar nos dois tipos de jornal, foi atribuída a modalidade na qual ele publicou mais.

TABELA A1 SUMÁRIO DO MODELO

Eixos	Variância Explicada Por	
	Total (Autovalor)	Inércia
1	3,196	0,200
2	2,646	0,165
Total	5,842	0,365
Média	2,921	0,183

TABELA A2 MEDIDAS DE DISCRIMINAÇÃO

Variáveis	Eixos		Média
	1	2	
Intensidade de Publicações	0,503	0,149	0,326
Sexo	0,136	0,010	0,073
Publicação	0,533	0,743	0,638
Tipo de Instituição de Filiação	0,667	0,194	0,431
Formação	0,054	0,178	0,116
Titulação	0,328	0,001	0,165
Geração	0,148	0,122	0,135
Doutorado USA/UK	0,107	0,045	0,076
Doutorado Europa	0,013	0,046	0,030
Técnica Matemática	0,149	0,715	0,432
Cargo no Governo	0,033	0,070	0,052
Ex Setor Privado	0,057	0,015	0,036
Especialidade	0,079	0,171	0,125
Premiações	0,188	0,068	0,128
Residência	0,088	0,076	0,082
Publicação na Mídia	0,111	0,042	0,077
Filiação(a)	0,710	0,413	0,561
Total Ativo	3,196	2,646	2,921
(a)	Variável Suplementar		

QUADRO A1 VARIÁVEIS E MODALIDADES

Variáveis	Modalidades
Propriedades Sociais	
Sexo (2)	Masculino; Feminino
Residência (7)	Rio de Janeiro (Capital); São Paulo (Capital); Brasília; Sudeste (fora das cidades de São Paulo e Rio); Sul; Nordeste; Norte/Centro-oeste
Geração (5)	1945-1969; 1970-1979; 1980-1989; 1990-1999; 2000-2005
Trajetória e Títulos Acadêmicos	
Graduação (5)	Economia; Ciências Humanas; Ciências Exatas/Engenharias; Outras Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Agrárias
Titulação (3)	Mestre; Doutorando; Doutor
Doutorado no EUA ou RU (2)	sim; não
Doutorado na Europa (2)	sim; não
Cargo no Governo (2)	sim; não
Experiência no Setor Privado (2)	sim; não
Posição e Qualidades Profissionais	
Especialidade (7)	Metodologia, História Econômica, HPE, Outros; Métodos Matemáticos e Quantitativos; Microeconomia e Organização Industrial; Macroeconomia e Economia Monetária; Economia Internacional; Economia Pública e Governamental; Economia do Desenvolvimento e Mudança Tecnológica; Economia Agrícola e dos Recursos Naturais
Técnica Matemática (5)	Nenhuma; Tabelas ou Gráficos Estatísticos; Modelo; Técnicas Econométricas; Outra
Instituição de Filiação (29)	USP; IPEA; UnB; FGV; UFRJ; UFMG; FGV-SP; IBGE; Ibmec-SP; Ibmec-RJ; Esalq; PUC-RJ; PUC-SP; PUC-RS; UCB; UFC; UFF; UFPE; UFPR; UFRGS; UFSC; UFV; UNESP; USP-RP; Unicamp; Órgão Governamental; Setor Privado; Outra Instituição; Sem Filiação [s/f]
Tipo de Instituição de Filiação (4)	Academia; Órgão Governamental; Instituto de Pesquisa; Setor Privado; Sem Filiação [s/f]
Publicação (5)	PPE; RBE; REP; EE; Diversificado
Notoriedade	
Intensidade de Publicação (3)	um artigo[=1]; entre dois e quatro [2-4]; mais que cinco artigos [<5]
Publicação em Jornais (3)	Publicação em Jornais; Publicação em Jornais de Economia e Finanças; Não Publica
Prêmios (6)	Prêmio Haralambos Simeonidis [HARA_SIME]; Prêmio BNDES [PRE_BNDES]; Prêmio Adriano Romariz Duarte [ADR_ROM_DUA]; Prêmio Edson Potsch Magalhães [ED_POT_MAG]; Prêmio COFECON [PRE_BR_COFECON]; nenhum [none]

REFERÊNCIAS

AZZONI, Carlos Roberto. Desempenho das Revistas e dos Departamentos de Economia Brasileiros Segundo Publicações e Citações Recebidas no Brasil, **Economia Aplicada**, v.4, n.4, p.787-822, 2000.

BACHA, Edmar. Memória Acadêmica. **Economia Aplicada**, v.2, n.1, 1998.

BACKHOUSE, Roger E. **Explorations in Economic Methodology**. Routledge, London, 1998.

BENZÉCRI, Jean-Paul. **Correspondence Analysis Handbook**. Mareei Dekker, New York, 1992.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**, Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 1996 (1988).

BINDERMAN, Ciro; COZAC, Luis F. L.; REGO, José M. **Conversas com Economistas Brasileiros**, Editora 34, São Paulo, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Le Champ Scientifique, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, p.88-104, 1975.

_____. **La Distinction**, Editions Minuit, Paris, 1979.

_____. **Homo academicus**. Éditions de Minuit, Paris, 1984.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Ed. Perspectiva, São Paulo, 2001.

_____. **O Poder Simbólico**, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003a (1989).

_____. **Os Usos Sociais da Ciência**, Ed. Unesp, São Paulo, 2003b.

D'ARAUJO, Maria C.; FARIAS, Ignez C.; HIPOLITO, Lucia. (orgs.) **IPEA 40 Anos**. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2005.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930, Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2001.

DUMONT, Louis. **Homo Aequalis: Gênese e plenitude da ideologia econômica.** Bauru, EDUSC, 2000 (1977).

EKERMAN, Raul. A Comunidade de Economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje, **Resvista Brasileira de Economia**, v.43, n. 2, p.113-138, 1989.

EMMETT, Ross B. Entrenching Disciplinary Competence: The Role of General Education and Graduate Study in Chicago Economics, **in: MORGAN, Mary S.; RUTHERFORD, Malcolm (eds.). From Interwar Pluralism to Postwar Neoclassicism: Annual Supplement to Volume 30 of History of Political Economy**, Duke University Press, Durham, 1998.

ESCOFIER, Brigitte; PAGÈS, Jérôme. **Analisis Factoriales Simples y Multiples**, Ed. Universidad dei Pais Vasco, Bilbao, 1992.

FARIA, João Ricardo. Some Reflections on Incentives for Publication. **Economia Aplicada**, v.8, n.4, 2004, p.791-816.

FERREIRA, P. C. A Note on Growth, Welfare and Public Policy. **Revista de Economia Política**, v.21, n.1, 2001, p.101-116.

HANDS, D. W. **Reflexion without Rules**. Cambridge University Press, Cambridge, 2001.

ISSLER, J. V.; PILLAR, T. C. Mensurando a produção científica internacional em economia de pesquisadores e departamentos brasileiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 32, n.1, 2002, 323-381.

ISSLER, J. V.; FERREIRA, R. C. Avaliando pesquisadores e departamentos de economia no Brasil a partir de citações internacionais. **Ensaio Econômicos**. N.550, 2004.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Laboratory Life: the Social Construction of Scientific Facts**, Sage, Los Angeles, 1979.

LEBARON, Frédéric. O Campo dos Economistas Franceses no Fim dos anos 90: lutas de fronteira, autonomia e estrutura, **Mana**, v.7, n.1, 2001a, p.9-29.

_____. Toward a New Critique of Economic Discourse. **Theory, Culture & Society**, v.18, n.5, 2001b, p.123-129.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os Economistas no Governo**, Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997a.

_____. (org.) **50 Anos de Ciência Econômica no Brasil**, Ed. Vozes, Petrópolis, 1997b

_____. Circulation Internationale des Économistes Brésiliens. **Cahiers du Brésil Contemporain**, n.57-58, 2004, p.151-175.

MIROWSKI, Philip. Physics and the “Marginalist Revolution”. **Cambridge Journal of Economics**, Vol. 8 No.4 , 1984, pp.361-379

_____. The When, The How and The Why of Mathematical Expression in the History of Economic Analysis, **Journal of Economic Perspectives**, v.5, n.1, p.145-157, 1991.

_____. The Goalkeeper's Anxiety at the Penalty Kick. In: Neil de Marchi, (ed.). **Nonnatural Social Science: Reflections on the Project of More Heat than Light**, Duke University Press, Durham, 1993.

MITCHELL, Timothy. The Work of Economics: How a Discipline Makes ist World. **Archive of European Sociology**, v. 46, n.2, 2005.

MORGAN, Mary; RUTHERFORD, Malcolm, American Economics: The Character of the Transformation, in: MORGAN, Mary S.; RUTHERFORD, Malcolm (eds.). **From Interwar Pluralism to Postwar Neoclassicism: Annual Supplement to Volume 30 of History of Political Economy**, Duke University Press, Durham, 1998.

MÜLLER, Hans Peter. Kultur, Geschmack und Distinktion. Grundzüge der Kultursoziologie Pierre Bourdieus, in: NEIDHARDT, F.; LEPSIUS, M. R.; WEISS J. (Ed.): **Kultur und Gesellschaft. Sonderheft 27, Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, 1986, p. 162-190.

NEIBURG, Frederico. Economistas e culturas econômicas no Brasil e Argentina. **Tempo Social**, v.16, n.2, 2004, p.177-202.

PAPILLOUD, Christian. **Bourdieu lesen**. Majuskel Medienproduktion, Bielefeld, 2003.

PAULANI, Leda. Teoria da Inflação Inercial: um episódio singular na história da ciência econômica no Brasil? in: LOUREIRO, M. R. (org.) **50 Anos de Ciência Econômica no Brasil**, Ed. Vozes, Petrópolis, 1997.

_____. Neoliberalismo e Retórica: o capítulo brasileiro. **Anpec**, 2004.

PRADO, Eleutério F. S. A Ortodoxia Neoclássica. **Estudos Avançados**, v.15, n.41, 2001.

PRESSER, Mário Ferreira. Ecletismos em Dissenso. **Estudos Avançados**. v. 15, 2001, p.49-66.